

MUSEU NACIONAL - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Relatório de Pesquisa

Levantamento histórico para elaboração do projeto  
'Arqueologia Histórica no Parque Nacional da Tijuca'

Camilla Agostini - Bolsista de Aperfeiçoamento - CNPq  
Renata Burlamaqui Bradford - Bolsista de Iniciação Científica - CNPq  
Orientação: Profa. Dra. Tania Andrade Lima

Rio de Janeiro  
1998

## Índice

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>3</b>
HISTÓRIA DO CAFÉ NO BRASIL.....	3
CRONOLOGIA HISTÓRICA DO PARQUE NACIONAL DA TIJUCA.....	5
<b>2. OCUPAÇÃO DAS SERRAS QUE COMPREENDEM O ATUAL PARQUE NACIONAL DA TIJUCA, SÉCULO XIX.....</b>	<b>8</b>
PROPRIETÁRIOS: DADOS HISTÓRICOS E ARQUEOLÓGICOS .....	9
PROPRIETÁRIOS DE TERRAS E SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS NO PNT POR CARLOS MANES	
BANDEIRA .....	41
<i>Proprietários</i> .....	41
<i>Sítios Arqueológicos</i> .....	49
<b>3. DEFINIÇÃO DAS PRINCIPAIS ÁREAS DE OCUPAÇÃO .....</b>	<b>69</b>
SERRA DA CARIOCA.....	69
SERRA DA GÁVEA .....	70
SERRA DA TIJUCA .....	71
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>74</b>
<b>5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>79</b>
<b>6. REFERÊNCIAS A SEREM CONSULTADAS .....</b>	<b>83</b>

# 1. Introdução

## *História do Café no Brasil*

O café, até onde se sabe, tem a sua origem no Planalto da Abssínia (hoje Etiópia), e a partir do século XVIII foi cultivado em várias partes do mundo, inclusive no Brasil. Teve a sua entrada no cenário colonial brasileiro, tornando-se um produto chave na demanda de uma economia agro-exportadora que entrara em crise com a queda de preços da cana de açúcar, e o declínio do ouro.

Em 1727, o Sargento-Mor do Exército, Francisco de Mello Palheta, a mando do Governador do Maranhão e Grão-Pará João Maria Gama, participou de uma expedição à Guiana Francesa a fim de resolver problemas a respeito dos limites das terras de fronteira. No retorno desta viagem, foram trazidas as primeiras sementes e mudas de café para o Brasil, que foram plantadas nas redondezas de Belém do Pará.

Não demorou muito, e o café passou a ser cultivado em outras regiões da colônia, especialmente no Rio de Janeiro. Parece haver controvérsias acerca da introdução das primeiras mudas nesta província. Sendo assim, segundo Taunay (1945), foi em 1760 que o Desembargador João Alberto Castelo Branco fez vir do Maranhão as primeiras mudas de café, distribuindo-as entre os frades capuchinhos. A fazenda do Capão, propriedade do referido desembargador (localizada na Ladeira de Santo Antônio), teria sido o primeiro centro de disseminação de cafezais do sul, de onde teriam saído mudas para a fazenda da Mendanha, pertencente ao Padre Antônio Fonseca. Parece terem sido também cultivadas no Convento de Santa Teresa. No entanto, dessas primeiras mudas, apenas as dos capuchinhos teriam prosperado, tendo sido espalhadas pelos arredores do Rio de Janeiro desde 1760 até 1822.

Na documentação histórica sobre a introdução do café, Monsenhor Pizarro<sup>1</sup> refere-se ao princípio da cultura do café, no Rio, após o ano de 1770. O autor confirma o nome de João Alberto Castelo Branco como o introdutor das primeiras plantas vindas do Maranhão. Estas teriam sido implantadas no hospício dos padres barbadinhos italianos e na quinta de João Hoffmann, além do arraial de Mataporcos.

Morales (1947)<sup>2</sup> chama a atenção para os pequenos cafezais dos frades Barbonos; na fazenda de Mata-Porcos, pertencente ao holandês Hopmann (na atual rua Haddock Lobo, próximo ao Largo do Estácio); e na chácara das mangueiras (contígua a dos frades, sede da legação britânica, na atual rua Evaristo Veiga).

---

<sup>1</sup> IHGB, lata 483, pasta 40

<sup>2</sup> O livro, consultado no IHGB, apresenta-se sem data, no entanto, há um carimbo deste instituto com a data de 1947, junto a uma dedicatória do autor à instituição, presumimos ser esta a data de publicação, ou logo após a mesma.

Na obra Floresta da Tijuca (1966) também há referências sobre a introdução do café no Rio por volta de 1760, sendo citadas as chácaras de italianos como pioneiras do cultivo, atualmente localizadas na rua Evaristo da Veiga (quartel militar).

Segundo Bandeira (1982), foi “com o plantio das mudas de café na Serra do Mendanha e no sítio dos Padres Barbonos, nas encostas da Rua Riachuelo (mata-cavalos), que surge um novo interesse pelas terras das vertentes, cujo solo era propício para a nova cultura, no que pese a já existência de lavouras de legumes, verduras, cereais, além de extensas plantações de milho, mandioca, cacau e cana (...). No início do século XIX, começa a colonização das terras elevadas de todos os maciços e o desmatamento para a plantação de café”. O autor refere-se ao cafeicultor Antônio Couto da Fonseca, que possuía uma fazenda na Serra do Mendanha, como tendo sido o responsável por grande parte da produção de café exportado em 1796 (Bandeira, 1993: 66).

Machado (1992:74) de uma forma mais genérica explica a dispersão do cultivo do café no Rio, mencionando que “das chácaras da planície, espalhou-se pelos sítios existentes nos arredores da cidade. Aos poucos cobriu os morros da Gávea, que circundam a lagoa Rodrigo de Freitas, conquistando, depois, a Tijuca e Jacarepaguá, mas foi na Tijuca que o café mais prosperou, subindo a serra da carioca até a Floresta da Tijuca, e deixando lá suas cicatrizes”.

Embora a exportação deste produto começasse a avultar no Brasil no final do século XVIII, era ainda em grande parte importado. A cafeicultura nos arredores do Rio de Janeiro, em atividade intensa até a primeira metade do século XIX, teve pouca participação econômica na balança comercial. O cultivo foi desenvolvido principalmente em chácaras, não obstante fossem encontradas fazendas. Embora algumas dessas tivessem surpreendido por sua dimensão, nenhuma delas atingiu as grandes proporções das fazendas do Vale do Paraíba, como as de Resende e de São João Marcos, Vassouras, Valença, Paraíba do Sul, e, mais tarde, Cantagalo.

Nesse sentido, Taunay (1945: 40) chama a atenção para o oeste fluminense, onde estariam instalados “(...) notabilíssimos centros cafeeiros antigos como o de São João Marcos e Pirai, onde as lavouras da rubiácea tomaram incrível incremento, sobretudo a partir de 1810. Nesta época, era o café sobretudo plantado no litoral e na baixada.”

Taunay (ibid., p.88) registra um notável surto cafeeiro no início da segunda metade do século XIX, especialmente entre os anos de 1867 e 1872. O autor justifica porque não teria se intensificado mais, uma vez que o final definitivo do tráfico reduziu drasticamente a oferta de mão de obra para o plantio, apesar do deslocamento dos escravos dos canaviais nordestinos para os cafezais do sul.

Sendo assim, a falta de escravos, e a não adaptação à incorporação da mão de obra livre imigrante foi um dos principais fatores para o declínio da produção cafeeira na província do Rio de Janeiro. Junta-se a este o ataque de pragas às plantações no início da década de 1860 (Taunay, 1945: 52), e, em algumas fazendas, a falta de maquinário adequado para suprir a redução brusca da mão de obra. Em linhas gerais, muitos dos fazendeiros, assumindo uma posição conservadora, não

acompanharam o movimento com bases no ideal de modernidade e civilização que passou a ditar as regras, especialmente a partir da segunda metade do século XIX no Brasil.

### ***Cronologia Histórica do Parque Nacional da Tijuca***

O atual Parque Nacional da Tijuca localiza-se no centro meridional do Estado do Rio de Janeiro e compreende uma área de cerca 33 Km<sup>2</sup>. Área foi pesquisada sob o ponto de vista histórico, arqueológico, e espeleológico, durante cerca de trinta anos, pelo Prof. Carlos Manes Bandeira, que teve como resultado um rico material a ser estudado. O trabalho foi retomado pela equipe de arqueologia e geologia do Museu Nacional-UFRJ, coordenado pela Profa. Rhoneds A. R. Perez e pelo Prof. Benedicto Humberto R. Francisco. A área do Parque Nacional da Tijuca foi pesquisada nas suas três regiões montanhosas (Lemos, 1996):

- 1- Serra da Tijuca: compreende a Floresta da Tijuca propriamente, com estrada vindo pelo Alto da Boa Vista; a Floresta do Andaraí, a Floresta de Santa Inês e o Pico da Tijuca. Ele faz limite com a Reserva Florestal do Grajaú e com a Floresta dos Pretos Forros (no lado de Jacarepaguá).
- 2- Serra da Gávea: com a Pedras da Gávea, Bonita, de Agassiz, o morro do Chapecó, a Floresta da Gávea Pequena (com o morro do Cochrane e o Vale do Moke), a Floresta dos Macacos (com os Morros da Vista Chinesa).
- 3- Serra da Carioca: compreendendo a Mata do Pai Ricardo, a Floresta do Trapicheiro, o Morro do Sumaré, a Floresta das Paineiras (com o Corcovado, o Silvestre e o Morro D. Marta).

Segundo Bandeira (1993), em 1567, “ (...) foram concedidas as primeiras sesmarias, entre as quais, a de Manuel de Brito, que compreendia as terras que iam da Gávea até a Tijuca, e a sesmaria do Engenho velho, concedida aos Jesuítas, que ia do Rio Comprido a Inhaúma, passando por parte do bairro da Tijuca (Usina), e cobrindo as encostas do Andaraí e Grajaú (antigo bairro do Andaraí Grande), até uma altitude de cerca de 600m”. Em 1568 é feita a transferência da sesmaria de Manuel de Brito à família Sá, dos Viscondes de Asseca, que vão partilhando e vendendo as terras ao decorrer dos séculos.

A área que compreende o atual Parque Nacional da Tijuca era constituída, então, em 1567, o terreno de três sesmarias. Machado (1992: 72) faz referência ao primeiro engenho de cana de açúcar de propriedade dos jesuítas na sesmaria do Iguaçú. Esta ocupação é referente ao ano de 1569, e estava localizada na encosta que desce para Jacarepaguá. Entre os principais engenhos desta sesmaria estão o Engenho Velho, Engenho Novo, e São Cristóvão. Após o confisco das terras

dos jesuítas pelo Marques de Pombal, em 1759, essas áreas foram loteadas, e constituem, hoje, muitos bairros da zona norte da cidade, entre os quais a própria Tijuca.

Conforme foi verificado por Lemos et al. (1996) toda a região que hoje compreende os bairros do Andaraí grande, Andaraí e Grajaú fazia parte da sesmaria pertencente aos jesuítas, onde foi construída uma grande fazenda chamada Murimbi. Após o confisco, e de passar por diversos loteamentos e leilões, surgiram na região mais de uma centena de pequenas fazendas e sítios.

Sendo assim, os vestígios das diversas fazendas e sítios instalados nos maciços que compõem o atual Parque Nacional da Tijuca são característicos da segunda metade do século XVIII e primeira metade do século XIX. No entanto, um interesse maior por parte de nobres europeus em adquirir terras para a instalação de fazendas de café na área se deu somente a partir de 1810, com a chegada da família real e o desenvolvimento do plantio do café em todo o Estado do Rio.

O principal cultivo na área foi, sem dúvida alguma, o café. No entanto foram cultivados também a mandioca, milho, arroz e feijão; sendo destinado à alimentação dos escravos carne seca cozida, feijão, farinha de mandioca, bananas e café. Foram ainda introduzidas, especialmente pelos estrangeiros, grande variedade de frutas e extensas hortas, como foi o caso dos sítios do Conde Gestas e de Hogendorp. Proprietários de chácaras e fazendas que se fizeram famosos na história da região foram os Taunay, os Asseca, a Baronesa de Rouhan, Lecesne, Mocke, Midosi, D. Felizardina Tavares, entre outros. No entanto, embora no século XIX o distrito montanhoso da Tijuca apresentasse consideráveis lavouras, estas não chegaram às dimensões de importância para o comércio internacional, como atingiram posteriormente as fazendas do Vale do Paraíba.

Esta ocupação permaneceu até, pelo menos, 1860, quando a lavoura cafeeira trouxe a desertificação e a escassez da água potável para região, comprometendo o abastecimento de água da cidade, que foi agravado com as secas de 1840. Foi então decretada pelo Imperador Pedro II uma ordem de reflorestamento e recuperação das nascentes através de um plantio intenso e sistemático de toda a área. Para tal foram desapropriadas as terras junto aos mananciais de água (Lemos et. al., 1996: 161). No entanto, alguns proprietários permaneceram com seus sítios, como foi o caso do Visconde do Bom Retiro, o Conde de Bonfim, o conselheiro Mayrink, Thomas Cochrane, e os Taunay (Heynemann, 1995:166).

O reflorestamento foi coordenado, até 1892, por cinco administrações sucessivas de: Manuel Gomes Archer (1862-1874); Barão Gastão d'Escagnole (1875-1888); Augusto F. Maria Glaziou (1889 - interino); Manuel Gomes Archer (1890-1891); Luís P. de Magalhães Castro (1892).

Heynemann (1995) considera o reflorestamento "(...) inscrito no conjunto de práticas e representações que cercavam a idéia de natureza no século XIX no Brasil, projetando uma visão de nação que se construía no movimento de centralização e consolidação de poder e formação de classe senhorial, onde uma outra idéia lhe correspondia com igual força: a de civilização (...). A conservação das matas teria ainda, a característica de crítica ao passado colonial (...)"

Nesse sentido são estabelecidas novas normas para o controle e organização da área florestal, como o policiamento, de responsabilidade de administradores, feitores, e serventes, para impedir os abusos da natureza, como o corte da madeira (que era de grande utilidade para a construção naval e civil) e a caça sem a devida autorização. "(...) Os riscos ultrapassavam a destruição ambiental, a Tijuca também escondia escravos fugitivos, criminosos, desocupados" (ibid., pp. 23-25).

Se tornava, então, mais estreita a relação das áreas montanhosas da Tijuca com o centro da cidade, em função das primeiras oferecerem um ambiente salubre para a fuga das epidemias, pelo fornecimento de madeiras, pela presença de quilombos, e, acima de tudo, pela força hidráulica.

A área da Tijuca tomou outra conotação com a ordem de reflorestamento, ganhando o título de Floresta da Tijuca que, ao longo dos anos, ficou sob a guarda de várias entidades públicas; sendo que, em 1967, teve seus limites e nome alterados, pelo Governo Federal, passando a se chamar Parque Nacional da Tijuca (PNT). Atualmente é administrado pelo IBAMA (antigo IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal), e, em 1992, foi considerado pela UNESCO Patrimônio da Humanidade.

## 2. Ocupação das Serras que compreendem o atual Parque Nacional da Tijuca, século XIX

Num primeiro levantamento sobre as antigas propriedades que ocuparam a área do atual Parque Nacional da Tijuca, no período da implantação do café na região, procuramos informações sobre as principais fazendas e chácaras e seus proprietários. Foram muitos os donos de terras no local, mas nem todos chegaram a construir casas de campo para o lazer, ou sedes de fazendas produtoras de café.

Sendo assim, procuramos informações de ocupações efetivas, de ambas as naturezas acima mencionadas, no que diz respeito aos seus proprietários, período de ocupação, dimensão e localização do terreno, construções edificadas, tipo de produção implantada, presença de escravos e outros empregados, e o modo de vida que levavam seus ocupantes.

Foram consultados documentos como inventários e testamentos, mapas, biografias, literatura de viajantes naturalistas, e obras gerais sobre a implantação do café no Rio de Janeiro. Uma das fontes que ofereceu ricos detalhes dessa ocupação, e, no entanto, uma das mais duvidosas, foram os registros deixados por Manes Bandeira em seus relatórios de pesquisa<sup>3</sup> e publicações. Se por um lado são apresentados dados minuciosos acerca dos proprietários nas serras do atual PNT, por vezes são informações que se contradizem, e, principalmente, pela falta de referências da documentação primária consultada pela equipe. Em um dos relatórios é citada a biblioteca do Setor de Espeleologia e Arqueologia da FBCN como o local onde foram consultados documentos referentes às propriedades. No entanto, a biblioteca encontra-se atualmente em obras, motivo pelo qual não tivemos acesso a esse material.

Um outro elemento sobre os dados oferecidos por Bandeira diz respeito a metodologia empregada na associação de diferentes fontes. Como as referências não são sempre explicitadas, não se pode distinguir a natureza da informação; se provém de documentação escrita (e de que tipo), mapas, de relato oral, ou obras secundárias. Mesmo o registro arqueológico recuperado muitas vezes deixa dúvidas, especialmente as associações de ruínas encontradas no PNT à proprietários específicos, que são feitas, em alguns casos, sem maiores explicações.

Apesar do pouco controle que temos sobre os dados de Bandeira, não podemos ignorá-los por completo, sendo eles, muitas vezes, a única referência que dispomos sobre determinadas ocupações. Sendo assim, procuramos deixar clara a contribuição dessas informações ao longo do trabalho, e esperamos poder comprova-las com a continuidade desta pesquisa, e análise de documentos que em virtude do curto tempo que dispomos para a elaboração deste trabalho não foram analisados. Desta maneira, apresentaremos aqui mais um esboço descritivo do que foi a

---

<sup>3</sup> Todos os relatórios de pesquisa e mapas produzidos pela equipe de Carlos Manes Bandeira foram consultados nos arquivos do IPHAN



ocupação da área do atual PNT, e um primeiro levantamento bibliográfico a ser pesquisado futuramente.

### ***Proprietários: dados históricos e arqueológicos***

#### Viscondessa de Alcântara

Bandeira (1993: 80) faz referência à Viscondessa de Alcântara (D. Violante Luiza da Cunha Vasconcellos, 1780-1855) como proprietária de terras que abrangiam o Vale da Cachoeira, na vertente sul do Pico Andaraí Maior, na encosta do Morro Redondo, descendo até a Rua Borda do Mato. O terreno referido teria pertencido aos jesuítas, leiloado em 1862, quando foi, provavelmente, comprado por seu pai, que veio a deixar-lhe em herança. No Almanaque Laemmert podem ser encontradas referências do número de escravos e da criação de gado leiteiro (apud., ibid.). Com a morte da Viscondessa o terreno foi repartido e vendido para vários proprietários.

Bandeira menciona ter consultado um mapa com data estimada de 1855, a partir do qual localiza a sede da fazenda no final da Rua Borda do Mato (CEDAE), onde ainda hoje podem ser encontradas algumas ruínas.

#### Visconde de Alves Souto - Boa Vista - 1835 - 1864

Antonio Alves Souto era banqueiro. Adquiriu a propriedade com um casarão branco, de forma cúbica, estilo colonial (colunas toscanas), várias janelas, que segundo Bandeira (1993:104) se assemelhava a um mosteiro do século XVIII e onde podiam-se encontrar, também, uma casa de farinhas, moenda do Conde Gestas em 1835, dando continuidade às plantações de cana e café. Em 1850 construiu uma capela (Padroeira Nossa Senhora de Belém) à direita da casa principal, às margens do Rio Maracanã.

A fortuna do Visconde fica comprometida a partir de 1843, quando os cafezais da Tijuca perdiam a sua produtividade em virtude da praga 'borboletinha', e problemas econômicos assombravam a área bancária. Souto acaba falindo em 1864, e a Boa Vista é liquidada junto com seus negócios para o pagamento de Dívidas, sendo comprada pelo Conde de Bonfim (Bandeira, 1993: 77).

## Asseca

No século XIX, foram proprietários de terras nos maciços da Tijuca os irmãos José Maria Correia de Sá e o Visconde de Asseca (Salvador Correia de Sá), este segundo casado com D. Mariana de Sousa Botelho (Viscondessa de Asseca). Eram filhos de Antonio Maria Correia de Sá (Visconde de Asseca, morto em 1844) e Rita José Castelo Branco (Viscondessa de Asseca), e irmãos de D. Mariana Correia de Sá e D. Maria Rita Correia de Sá, ambas residentes em Lisboa.

Suas terras tinham de testada 245 braças nos limites do sítio de José Antônio de Araújo, 325 braças pelo lado do sítio de Francisco Fernandes da Silva, 192 braças pelo lado de uma grande pedra a todo comprimento e 274 braças de largura no fim. E além a confrontação acima, tem mais um terreno que tem de testada 50 braças entre duas pedras, 25 braças para cada um dos lados de comprimento, e com 27 de largura no fundo, partindo com o sítio de Dona Maria Inglesa, cujas confrontações constam de um papel de aforamento.

Foi recuperada uma escritura de aforamento que fez a Viscondessa de Asseca e seus filhos; o Visconde de Asseca e José Maria Correia de Sá (residente na corte do Rio de Janeiro, e administrador e procurador de seu irmão), onde se fez a remissão de foros relativos a terras na serra da Tijuca a Antônio Xavier de Negreiros, em 1848. Intermediando o processo estava na condição de procurador bastante dos Asseca Guilherme Midosi, negociante, também residente na corte do Rio de Janeiro, e proprietário de terras na atual área da Floresta da Tijuca. Segundo consta no documento, Antônio Xavier de Negreiros pagou foros aos Asseca por vinte anos pelo terreno que adquirira na Tijuca, no local chamado Caveira, ou Cova da Onça.

## Antônio Joaquim d'Almeida - Sítio do Açude - c.1850

Bandeira (1993: 79) associa uma ruína acima do Açude da Solidão (cerca de 400m), na encosta direita da Estrada Barão do Bom Retiro, à casa de Antônio Joaquim de Almeida, que foi denominada de Sítio do Açude. As suas terras, com seus limites na propriedade do Barão do Bom Retiro, se estendiam até a área abaixo da Estrada do Açude, que ainda não existia na época.

Bandeira descreve a casa com uma varanda, vários cômodos, e um fogão de pedra na área da cozinha. Já no relatório de pesquisas de 1984, é descrita uma casa com varanda e três cômodos, que é associada à residência de capataz ou arrendatário, ou ainda, do próprio lavrador, sem dúvida abastado, face ao acervo ali coletado. A construção é datada de 1850, e forma um complexo de propriedade rural de pequeno porte, segundo as palavras do autor. Também são identificados um depósito para ferramentas e arreios, uma baía para muares, e um açude rústico de pedras conjugadas.

O caminho até a casa teria sido pelo Caminho da Cachoeira, não havendo registros da presença do mesmo nos documentos pesquisados. A prospecção nas ruínas da casa do ruralista Antônio Joaquim D'Almeida está descrita no relatório de 1987, quando foi verificada a planta baixa anteriormente elaborada. Não chegou a ser definida a principal área de dejeção.

#### Aymar Marie Jacques Gestas e Madame de Roquefeuil - Boa Vista - 1810 -1835

O conde francês Aymar Marie Jacques Gestas, nascido em 1786, chegou ao Brasil em 1810, quando então encontrou na corte do Rio de Janeiro sua tia, a madame de Roquefeuil, acompanhada de seu único filho, e cujo marido havia falecido um ano antes na Bahia.

Segundo Bandeira (1993: 66-70), o conde já conhecia a cafeicultura, e, no mesmo ano de sua chegada, comprou do Visconde de Asseca uma grande porção de terras na Tijuca, próxima a Pedra Redonda (atual Pedra do Conde). No local, ele construiu uma casa, com ampla varanda, sobre altas muralhas, a qual deu o nome de Fazenda da Boa Vista (ou Bela Vista). O sítio mediria 11 alqueires e cinco oitavos (ou seja: 564.323 m<sup>2</sup>; a mesma medida das terras compradas posteriormente pelo Conselheiro Mayrink).

Amigo de D. Pedro I, foi nomeado cônsul-geral da França no Rio de Janeiro, cargo no qual permaneceu até 1830. Recebia visitas constantes do Imperador e da Imperatriz, e, por isso, mandou colocar um mastro sobre o morro perto da Pedra Redonda (atual Morro ou Alto da Bandeira), para que quando eles chegassem na Tijuca fosse hasteada a bandeira Imperial Brasileira.

Ao que parece o Conde muito se empenhou na manutenção e melhoramento do caminho de acesso às suas terras (aberto pelos antigos proprietários da família Sá, ou Asseca). Sua dedicação se deu de tal forma que, antes de 1820, até mesmo carruagens podiam trafega-lo com segurança. Como informa Bandeira (op.cit.) “o caminho descia, vindo de Jacarepaguá, pela margem direita do rio Maracanã, saindo ao lado do atual portão do PNT, e não pela estrada hoje utilizada. Ele terminava na rua Boa Vista, após a passagem por uma ponte que não existe mais. Os restos desse caminho ainda hoje podem ser vistos, ocultos pela mata na encosta esquerda da estrada do Imperador, indo até próximo à Capela Mayrink”.

Segundo o Barão de Bougainville, a casa estaria na encosta de um morro, isolada, e escondida entre as árvores. Ao passar pela região, localiza a residência do Sr. Gestas a duas horas de marcha da cidade, e próxima a cascatinha (a 20 passos da cascata e a trezentas toezas do riacho que dá nascimento a ela, onde funcionaria uma usina), onde hoje estão a Capela Mayrink, várzea da Estrada do Imperador, e onde, do outro lado do play-ground, encontramos as fundações de casas antigas. Segundo o Barão, “(...) o caminho que lá conduz, construído em rampa suave na vertente de uma montanha, que segue os contornos num percurso de três a quatro milhas, é também obra do Sr. Gestas, a quem custou 10 anos de trabalhos”. (apud. Ferrez,1972).

Ferrez descreve o complexo rural do Sr. Gestas a partir da “(...) casa de vivenda, de uma casa assobradada para pretos, moinho de água para trigo, casa para preparação do café com estufa, máquina de descascar com fogo de seis pilões movido a água, 30.000 pés de café, e pomar” (Ferrez, 1972: 49). Data de 1830 uma memória escrita pelo Conde sobre seus empreendimentos na cafeicultura, como a adoção de máquinas e estufas, avaliando as vantagens e desvantagens nos novos processos para produção do café (Taunay, 1945: 109).

Eram cultivados o café, a cana, baunilha, além de apresentar um rico pomar com morangos, maçã, pêra, uva, pêssego. Produziam também alguns requintes, como licor das sementes de café, e manteiga e cremes frescos a partir do leite de vacas holandesas. Era do gosto do Imperador e da Imperatriz visitar a Boa Vista para comer morangos. Nessas visitas, o Imperador não deixava de examinar os móveis, prataria e a louça, e, segundo Ferrez, era recebido em uma sala especial (Ferrez, 1972). A amizade do Conde com o Imperador se faz notar quando, em 1824, foram os imperadores padrinhos de batismo de seu filho Pedro-Marie Aymar Gestas, nascido no Rio de Janeiro.

O Barão de Bougainville observou a presença de casas, plantações e uma fábrica, e ainda, uns vinte negros, aos quais o Barão se referencia como operários, que eram treinados a partir de livros técnicos (apud. Ferrez, 1972). Segundo Ferrez os escravos além de um ofício recebiam instrução religiosa, que era dada pela Baronesa de Roquefeuil. Ferrez chega a mencionar que as crianças aprendiam a ler e escrever, e as meninas, a costurar, cozinhar e passar roupa.

Graham também visitou a propriedade de Gestas, mencionando-a como uma grande fazenda que era administrada principalmente pela Baronesa de Roquefeuil. Chama atenção para a instrução dada aos negros pela Baronesa, que contava com a assistência de um padre, e que os escravos se encontravam em um excelente estado de disciplina. (apud. Ferrez, 1972: 48).

Como notou Bandeira (op.cit.), costumavam mandar café, açúcar e outros produtos que comercializavam para seus parentes na França. Ao que parece, sua fortuna foi constituída em grande parte da venda desses produtos. O sucesso comercial de Gestas teria lhe rendido mais do que os lucros com as negociações, mas também gratificações; como um presente do próprio rei da França, que possibilitou a compra da Ilha do Viana, em 1824.

Gestas deixa o cargo de cônsul geral da França em 1830, passando a se dedicar ainda mais aos estaleiros que possuía na Ilha do Viana e ao sítio na Tijuca. Mas com a Morte de sua tia, cinco anos mais tarde, a propriedade na Tijuca é vendida, provavelmente ao banqueiro Antônio Alves Souto, como aventa Bandeira (op.cit.). Gestas morre dois anos mais tarde, em 1837, em decorrência de um naufrágio próximo a sua residência na Ilha do Viana.

Castelnau (1949) relata ter sido convidado a se alojar na residência da falecida condessa de Roquefeulle em 1823, o que nos oferece duas informações interessantes; a primeira, uma dúvida sobre o ano de falecimento de Roquefeuil. E a segunda, mesmo após seu falecimento o local

continua sendo identificado por sua pessoa, contribuindo com outros relatos, como o de Graham, que tratam a Madame de Roquefeuil como a principal ocupante do sítio Boa Vista.

### Beurrepaire-Rouhan - 1810 - ?

O Almirante Theodoro Alexandre de Beurrepaire, integrante do comando da Marinha portuguesa, e a Baronesa de Rouhan, sua esposa, vieram para o Brasil em 1808 junto à corte portuguesa. Entre os feitos do Almirante, participou do combate de 1823 no bloqueio das frotas portuguesas que se opunham a independência do Brasil, comandando a corveta Maria da Glória.

Sua propriedade na Floresta da Tijuca compreendia uma área fronteira à casa do Conde Gestas (colina a esquerda da capela Mayrink). Cultivou em pequena escala o café, desde 1810, quando teve a posse do terreno, e ali construiu uma pequena casa, com estreita varanda, que tem suas ruínas situadas no Caminho do Matheus, que ligava o Alto do Mesquita (Fazenda do Conde de Bom Fim (Bonfim) ao Largo do retorno, na Rua Boa Vista. A casa quase foi arrasada por uma centenária figueira, que arruinou suas paredes em ruínas (Bandeira, Relatório, 1984).

Bandeira comenta que o Almirante era apaixonado pela caça, em função dos vestígios arqueológicos recuperados no local. “Quando de suas permanências no Rio, após alguma viagem náutica, corria logo para sua propriedade, onde empunhava seus mosquetes prediletos para tiros longos, ou sua espingarda de cartucho Lefauchaux (cartucho com espiga ou agulha, tubo lateral por onde a espoleta explodia a carga) (...). A caça predileta do almirante eram os porcos-do-mato (caititus), que corriam em varas no interior da floresta, indo beber água numa lagoa, a ‘lagoa dos porcos’, hoje Açude da Solidão”.

Entre os vestígios arqueológicos foram recuperadas evidências de “(...) boas e finas bebidas, sorvendo os bons vinhos português e alemão, o conhaque-doce holandês e a boa cerveja escocesa, sem esquecer a refrescante água mineral de Selters (alemã), envasilhadas em belas botijas de barro (...)”, além de louça importada e pertences de qualidade.

Mesmo após a morte do almirante a família Beurrepaire-Rouhan continuou proprietária deste sítio durante alguns anos. Foi, posteriormente vendida a Thereza Maria da Conceição, sua última proprietária até a desapropriação pela Fazenda Imperial (Bandeira, 1993: 72-73).

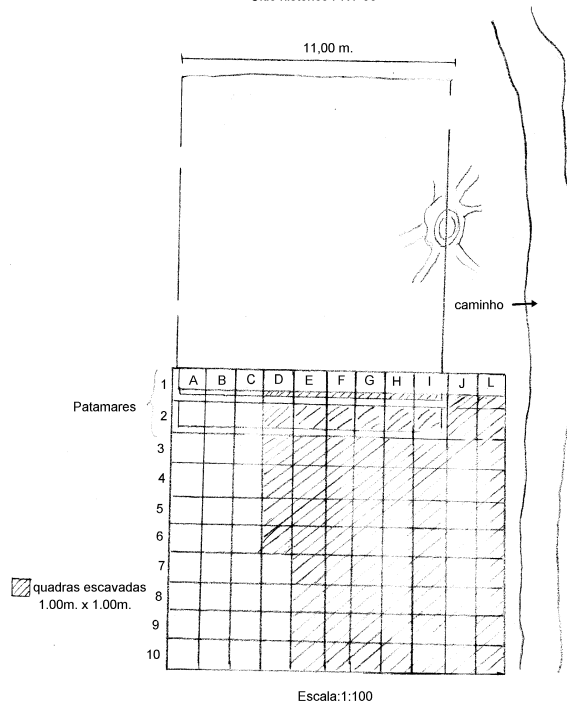
A casa dos Beurrepaire-Rouhan é também denominada por Bandeira, em seus relatórios de pesquisa, como casa do colono, que foi escavada no ano de 1986.



Casa da Baronesa de Beurrepaire-Rouhan  
Sítio da Baronesa Sítio Histórico PNT-38  
Casa do Colono - Chacrinha

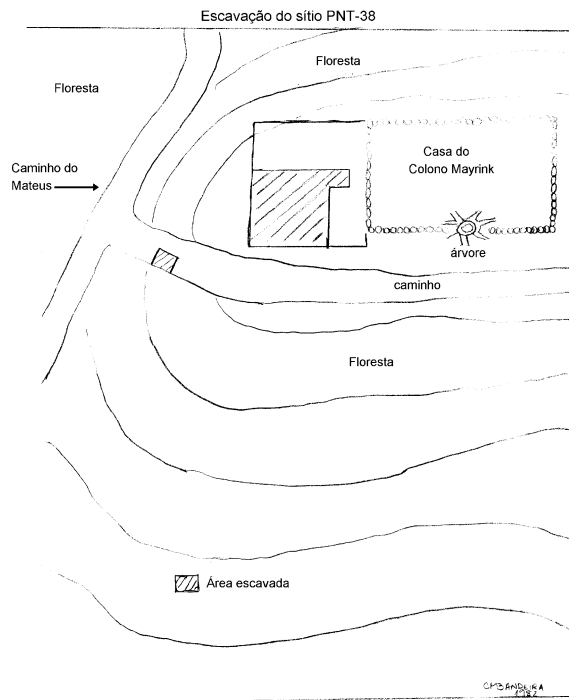
Relatório 1987

Escavações na Casa da Baronesa de Rouhan  
Sítio histórico PNT-38



Por: Carlos M. Bandeira, 1984

Relatório 1984



Relatório 1982

### Benett's Hotel, Hotel White, Hotel da Tijuca 1854-1874

Ao que parece o conhecido Benett's Hotel foi, anteriormente, a antiga propriedade de José Blanchet, que em 1856 tinha como vizinhos Francisco de Paula Martins e Silva, Marquesa de Maceió, José da Fonseca e João Luís de Melo.

O Hotel ao ser vendido para o Sr. White, passou a se chamar Hotel White e, posteriormente, foi chamado Hotel da Tijuca. Ficava localizado na descida para o Rio da Cachoeira, depois de passar a Boa Vista, e as Furnas no Alto da Boa Vista, atual Colônia de Férias do Instituto de Resseguros (Ferrez, 1972: 75).

### Bom Retiro - Sítios Solidão, Humaitá, dos Bambús - 1808 -1886

O Visconde do Bom Retiro (Dr. Luís Pedreira do Couto Ferraz) era advogado, deputado pela província em várias legislaturas, entre outros cargos políticos, e cafeicultor. Foi membro do IHGB, da Sociedade Amante da Instrução, da Sociedade Propagadora das Belas Artes, Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, presidente do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura e governador da província do Rio de Janeiro (1848-1853), senador, membro do conselho de Estado, e ministro do Império. Era irmão do Dr. João Pedreira do Couto Ferraz.

Adquiriu terras na Serra da Tijuca, onde construiu o Sítio do Humaitá; Sítio dos Bambús (com duas casas, senzala, um sistema de tanques e canal, onde era produzido anil em cones); e o Sítio Solidão, que se localizava nos limites das terras de Antônio Joaquim d'Almeida, na atual estrada do Bom Retiro, estendendo-se pelas encostas até bem perto do Açude da Solidão. Esta casa era conhecida como 'A Fazendinha', e tinha o aspecto de um chalé francês.

Escragnolle Doria<sup>4</sup> descreve o apreço do Visconde para com a sua residência, denominada Solidão, na Serra da Tijuca: "(...) raro o vimos na residência habitual, a sua chácara no fundo do Engenho Novo; mas tivemos muitos ensejos de tratar com ele na Tijuca, da qual sempre gostou sobremaneira". Outros relatos, sobre a relação do Visconde do Bom Retiro com a sua chácara, lembram que findava "(...) a estrada da Cascatinha, no alto da queda d'água, e eis a chácara do Mesquita, eis a floresta, eis a solidão, em cujo vale construíram a casa habitada de vez em quando por Bom Retiro, amigo das plantas". Ao que parece usufruía de sua chácara como gabinete de trabalho e para o lazer.

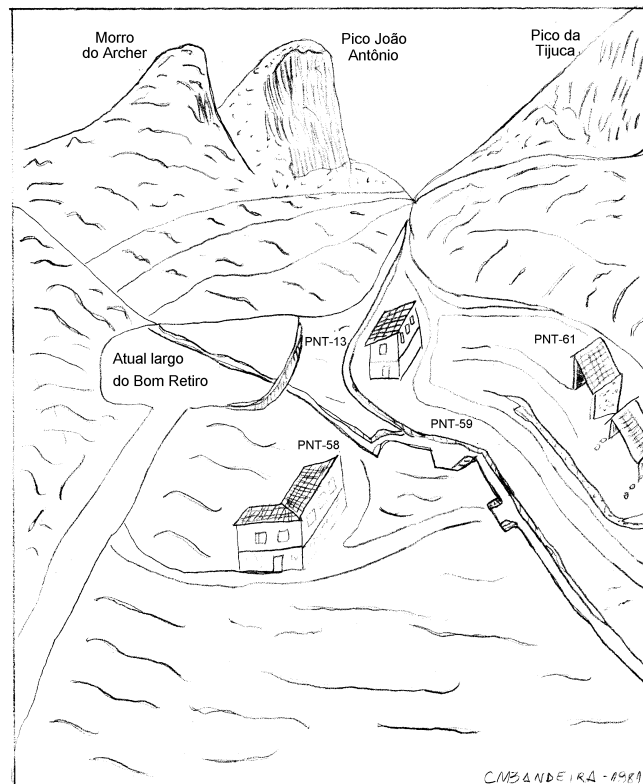
---

<sup>4</sup> Revista da Semana - vol. II (1930-1934) p. 363 - A solidão, por Escragnolle Doria - Arquivo Central da Cidade.



Foi proprietário de terras na atual Floresta da Tijuca por muitos anos, construindo uma residência para o seu filho, oficial do exército brasileiro, que foi denominada posteriormente Sítio do Humaitá, em virtude de sua morte em combate na Passagem de Humaitá (Bandeira, 1995: 78).

Trabalhou ativamente no período do reflorestamento, na desapropriação de terrenos. A documentação primária levantada mostra o grande interesse do Visconde do Bom Retiro pela Floresta da Tijuca. Este aparece em esforços no pedido de auxílio do governo para reparos na Estrada da Tijuca entre outras, e pressões para o estabelecimento de carris de ferro na região, nos anos de 1858 e 1856 respectivamente. Esteve envolvido na introdução de colonos estrangeiros no Brasil, desde 1855, chegando a mandar um rascunho de carta ao Conde de Mesquita, sugerindo que a mandasse à Alfredo d'Escragnole Taunay, em 1885, sobre o estabelecimento de colonos na sua propriedade na Tijuca. No entanto, teve as suas terras também desapropriadas após 1886 (Heynemann, 1993: 60; Bandeira, 1993: 78).



O Sítio dos Bambús - Bom Retiro

Reconstituição provável local.

Sítios históricos: PNT - 13; 58; 59; 61.

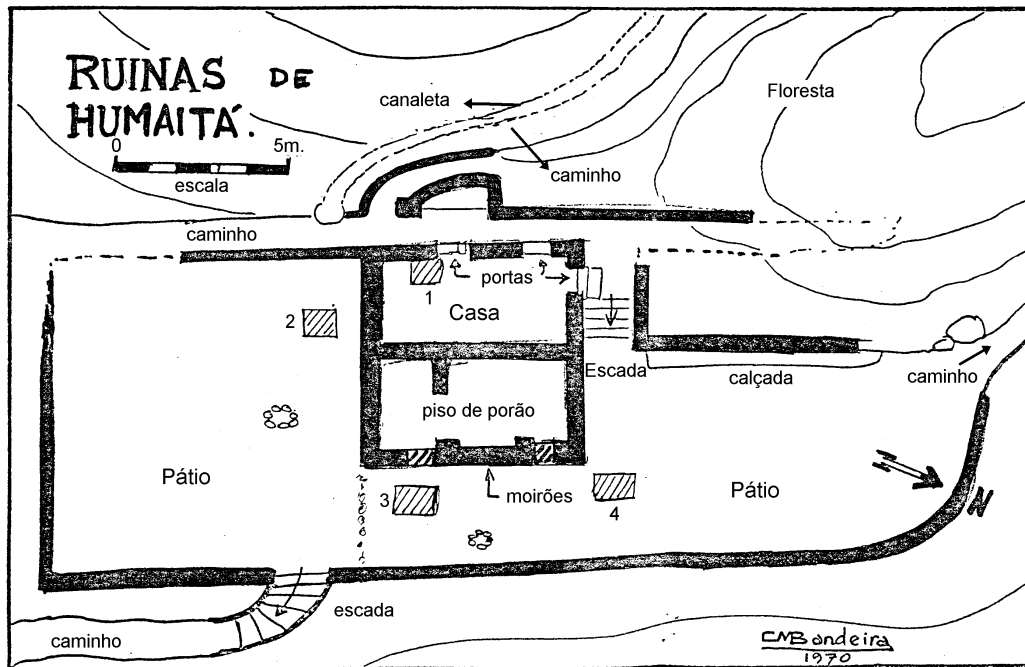
Relatório 1987:34



Reconstituição provável do Sítio de Humaitá  
por: Carlos M. Bandeira - 1984

Sítio histórico PNT-05

Relatório 1987



Estratigrafia (1)

30cm.	cam. húmica
70cm.	cam. ocupacional: telhas, pedras
90cm.	cam. estéril

▨ Quadras escavadas  
1978 - prospeção

Estratigrafia (2, 3 e 4)

3cm.	c. húmica
15cm.	c. ocupacional
	c. estéril

#### Visconde de Bonfim - Boa Vista - 1864 - 1888

Segundo Bandeira, O Barão, Visconde, Conde, e Marquês de Bonfim (José Francisco de Mesquita) comprou a fazenda do banqueiro Visconde de Alves Souto em 1864. Segundo o autor, executou reformas na chamada Fazenda Boa Vista e na capela próxima (atual Capela Mayrink), e teve uma grande plantação de café, com muitos escravos (Bandeira, 1993: 77).

O Visconde de Bonfim vendeu parte do seu sítio na Cascatinha, em 1866, em virtude das sucessivas desapropriações para reflorestamento que passaram a ocorrer a partir de 1861 (Heynemann, 1995: 51). Após a sua morte, em 1873, seu filho, Jerônimo José de Mesquita (Barão de Mesquita) herdou esta propriedade, e continuou com o plantio de milho, mandioca e hortaliças em geral até a data de sua morte. Em 1886 a propriedade é herdada por sua filha, Francisca Elisa de Mesquita, dois anos depois as terras foram vendidas ao Conselheiro Mayrink.

O local hoje encontra-se na área do 'Meu Recanto' e o 'campo de esportes' (antiga pista hípica), e é conhecido como Alto do Mesquita (Bandeira, 1993: 77).

#### Charles Alexander van Mocke - Fazenda Nassau - 1818 - ?

Mocke nasceu em Thourout (Flandres - Holanda). Era formado pela Universidade de Leyden, e foi capitão-médico do exército holandês nos anos de 1791 e 1792. Casou-se com Martha Mocke, e com ela teve uma filha primogênita, seguida de dois filhos.

Segundo Bandeira (1993: 74), Mocke chegou ao Rio de Janeiro em 1818, e comprou uma propriedade vizinha a Fazenda São Luiz. Construiu uma casa de dois pavimentos, em estilo Holandês, que veio a ser a sede da Fazenda Nassau, assim denominada em virtude de sua descendência. Destinada principalmente ao cultivo do café, a fazenda era composta por muitas construções, como uma senzala<sup>5</sup> com capacidade de abrigar numerosos escravos, um moinho movido à água, uma máquina destinada ao despulpamento dos grãos de café, entre outras.

A produção administrada por Mocke atingiu cerca de 40.000 a 100.000 pés de café (Bandeira, 1993: 75). Se a dimensão de sua plantação atingiu esses números não temos certeza, mas Ferrez (1992: 21-22) chega a mencionar que foi maior que a do próprio vizinho Lecesne. Além do café era também cultivada uma horta que oferecia excedentes vendidos normalmente na cidade. Além da horta com legumes, eram também plantados o feijão e a mandioca para o sustento dos negros, e um pomar com bananas chinesas, e cerejas (ibid.). Ferrez (ibid.) menciona a presença de um grande armazém onde eram assados pães, relatando ainda a produção doméstica de queijos.

---

<sup>5</sup> Ferrez (1992) faz uma referência interessante quanto a moradia dos escravos, onde não menciona uma senzala como fez Bandeira, mas "(...) uma série de casas decentes que abrigam, na vizinhança, escravos (...)".

Castelnau (1949) menciona uma visita a várias lavouras na Tijuca em 1823, chamando atenção para a propriedade de uma rica inglesa; a Madame Moke. Elogia sua produção, que teria como peculiaridade a forma de secagem dos grãos.

Na Gávea Pequena, por volta de 1856, eram vizinhos dos Mocke, além de Lecesne, Miguel G. da Rocha, Joaquim Valério Tavares, e Domingos Alves da Silva Porto (Ferrez, 1992). Atualmente, a antiga Fazenda Nassau encontra-se em ruínas, que apresentam os baldrames de três casas, de pedra seca com cangicado, e estão localizadas em um terreno na Estrada da Vista Chinesa, na altura do Passo das Pedras.

#### Felizardina Tavares ou Viúva Borges - Casa dos Três Patamares - ? - 1869

Numa área que anteriormente pertenceu a velha sesmaria do Engenho Velho, e que em 1761, após o confisco dos bens dos jesuítas, foi vendida em hasta pública, em datas de terra, sítios, chácaras e lotes, foram localizadas algumas ruínas de ocupação típica do século XIX.

Na área limite do PNT, no Grajaú, nas terras do chamado Vale da Cachoeira, expressivas ruínas foram atribuídas à fazenda de Dona Felizardina Tavares e viúva Borges (Bandeira, Relatório 1987). No entanto, posteriormente, Bandeira (1993:84) considera apenas Maria Angélica da Silveira Borges como proprietária.

Segundo o relatório de 1987, o terreno de propriedade de Dona Felizardina Tavares tinha seu limite localizado nas terras de seu irmão, Felizardo Tavares, que tinha sua casa localizada na atual 'colina do cemitério', com as terras dos Rudge, e da Viscondessa de Alcântara (de quem Maria Angélica da Silveira Borges havia adquirido as terras, v. Bandeira, 1993).

Segundo Bandeira, "Dona Felizardina parece ter vivido até o início desse século, existindo no final da Rua Borda do Mato um morador que lhe conhece bem a história, embora a documentação histórica situe sua desapropriação em 30 de março de 1869. A ruralista teria sido uma das mais importantes cafeicultoras das terras do Grajaú, só perdendo em importância para a Viscondessa de Alcântara, proprietária da fazenda Vila Rica, e para a família do inglês John Rudge. Foi cultora das artes e protetora dos artistas, tendo dado memoráveis festas em sua residência do Vale da Cachoeira". Em sua propriedade podia-se encontrar um grande número de escravos.

Bandeira (Relatório, 1988) descreveu as ruínas como as de uma propriedade rural edificada por volta da década de 1830 e 1840 para a exploração de grande plantação de café. O material arqueológico indicou a ocupação do local até o início do século XX. A casa principal está situada no início de uma vertente, sob três níveis de terrenos (três patamares), devidamente emuralhados. Foi identificado um largo pátio para secagem de café, estendendo-se frontalmente à casa, onde havia um tanque de pedra na base da vertente neste pátio. A casa apresenta-se somente com suas fundações aflorando em superfície, tendo a frente uma mínima escada de três degraus, com duas

jardineiras em ambos os lados da mesma. Lateral à vertente, foi identificada a cozinha, seguida de um alpendre. Os cômodos da casa são pequenos, como a maioria das casas construídas no interior do PNT. O autor atribui a pequena dimensão dos cômodos como uma forma de resistir ao vento e as chuvas fortes que varriam a região.<sup>6</sup>

Como resultado de suas expedições no local, Bandeira descreveu a casa com janelas de dois batentes, com vidraças (vidro inglês), não sabendo ao certo quantas teriam existido. Presume que a senzala se localizaria no extremo do pátio, onde se encontra uma pequena muralha que hoje já está parcialmente destruída pelo violento temporal de 1987. Deveria ter sido uma construção rústica, não de grande porte, feita de paredes de pedra seca com cangicado, moirões de tronco semi-aparelhados, coberta com telhas romanas (canal), e piso de terra batida.

Foi verificada a partir de plantas de 1871 e 1879 a construção de um moinho para fabricar papel e uma canaleta para água, da qual resta somente um pequeno trecho, localizado abaixo da calha do lixo. A construção da grande represa na década de 1940, destruiu o que deve ter restado do moinho.

Foram realizadas escavações numa área de dejeção de lixo, bem na base de uma calha natural, produzida pelo escoar das águas pluviais. Neste ponto foram escavadas quatro quadras, cuja profundidade atingiu 1,60m, revelando um bom volume de material. O local, por ser uma depressão natural, teve a sua profundidade ampliada pelos moradores locais, uma vez que o ângulo de arremesso do lixo abre um leque natural, formando uma área de  $\frac{1}{4}$  de círculo, com uma extensão de cerca 35m, tendo por vértice a porta da cozinha. Pela impulsão do arremesso ficava condicionada a posição da peça, que assim formou uma camada rolada gradual, embora tivesse mantido alguma característica de camada ocupacional, através da superposição tipológica.

Estratigrafia básica apresentada pela escavação é descrita pelas camadas:

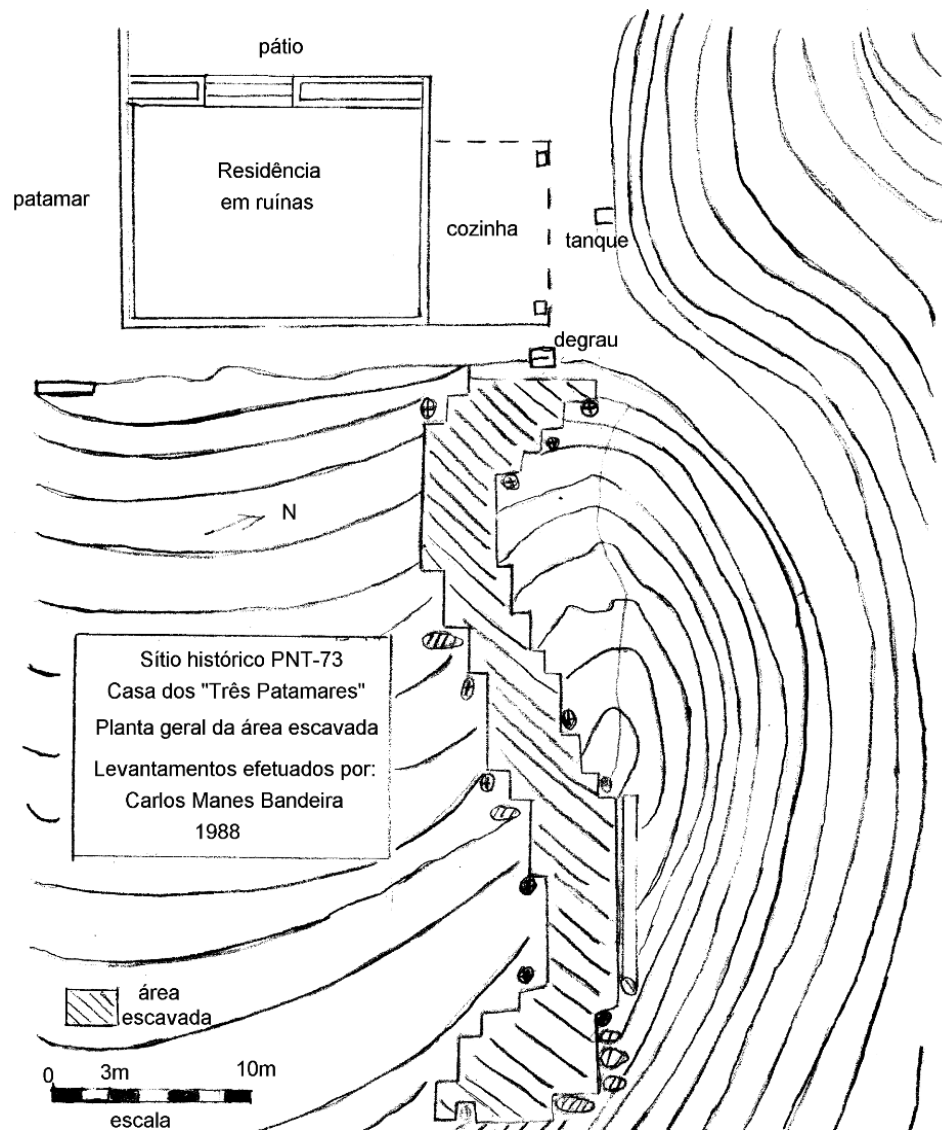
camada húmica - terra preta e pedras roladas / peças as vezes aflorando

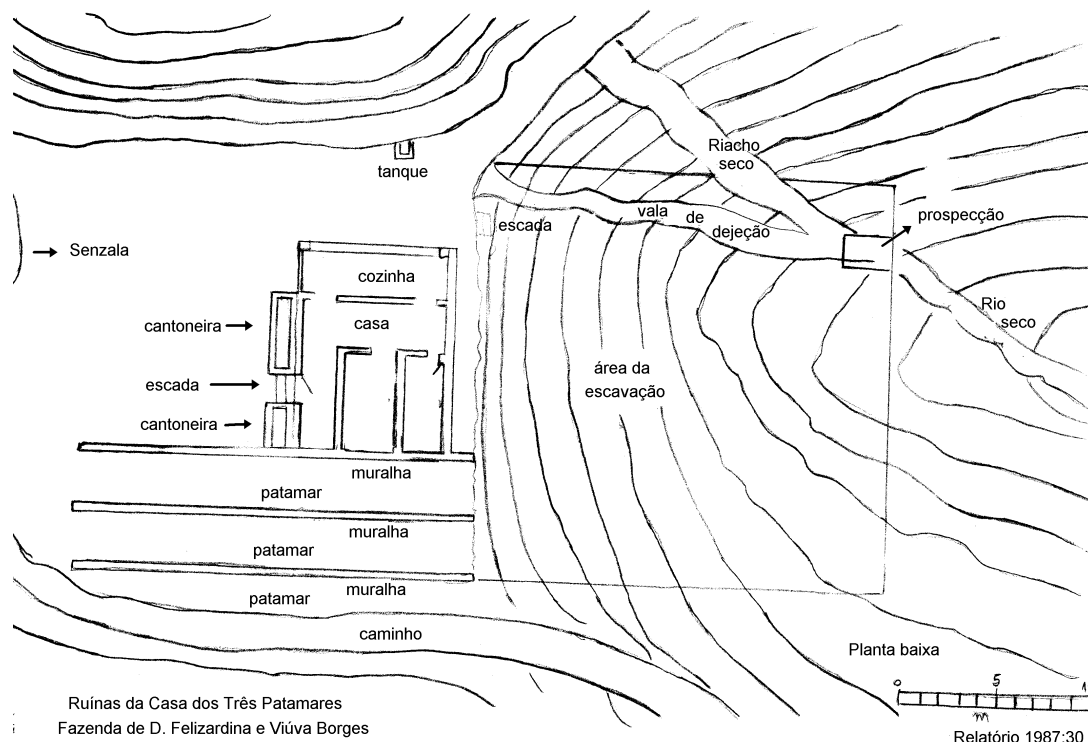
camada de escombros - pedras oriundas das paredes e muralhas tombadas / peças variadas e de boa qualidade, louças, vidros, cerâmicas, metais.

camada estéril - laterito vermelho e saibro / sem peças.

---

<sup>6</sup> Bandeira consultou plantas referentes aos anos de 1871 e 1879, conforme mencionado no relatório de 1988.





### Francisco de Paula Mayrink - Boa Vista - 1888 - 1897

O conselheiro Francisco de Paula Mayrink nasceu em 1839, e era filho de José Carlos Mayrink e D. Maria Emília Bernandes Mayrink. Sua família descendia da Região de Minas Gerais. Casou-se com D. Maria José Paranhos Mayrink, com quem teve quatro filhas: Emília, Leonor, Gelínia, Guiomar e criou ainda dois enteados: Francisco José da Silva Rocha (comendador) e D. Maria Carolina da Rocha Rebelo.

Mayrink chegou a direção do Banco Comercial do Rio de Janeiro, foi presidente da Estrada de Ferro Sorocabana, fundador da Companhia Colonização Agrícola, do Banco de Crédito Real do Brasil, do Moinho Fluminense, da Empresa Açucareira de Pernambuco, da Companhia Brasil de Navegação, além de ter assumido o cargo de Deputado Federal.

Segundo Bandeira (1993: 78), ele adquiriu a Fazenda Boa Vista em 1888. Fez uma grande reforma na casa, transformando-a num 'elegante palacete', e na antiga capela, que atualmente leva seu nome. Foi construída uma coudelaria e habitações para serviçais. Na casa grande, Mayrink dava muitas festas e recepções.

Quando a propriedade pertencia ao Visconde Souto, a capela tinha como padroeira a Nossa Senhora de Belém, ao passar para o Conde de Bonfim a padroeira passou a ser a Nossa Senhora do Carmo, e, finalmente, após a reforma promovida por Mayrink, Nossa Senhora da Conceição. Mais

recentemente (década de 1930), esta capela sofreu uma restauração, sendo reaberta em 1938, quando voltou a ter como padroeira Nossa Senhora do Carmo.

Em maio de 1897, o Conselheiro trocou esta propriedade por outra, cedendo-a à Secretaria de Agricultura para a realização de obras para captação de águas. As edificações foram demolidas, com exceção da Capela Mayrink e um prédio no qual ficava a coudelaria e cavalariças (O Barracão). Foi também proprietário de um palacete na Rua General Canabarro.

Em 31 de dezembro de 1906, Mayrink vem a falecer pobre.

#### Guilherme Midosi - 1824 - 1859 / Major Archer - 1859 - ?

Guilherme Midosi era natural de Portugal, casado, filho de José Midosi (falecido em 1814) e Izabel Midosi (falecida em 1855, em Portugal). Era irmão de D. Maria Lindt (residente em Paris, e casada com João Rodolfo Lindt), José Midosi (residente em Lisboa), Jorge Midosi (falecido em 1831, solteiro), D. Marianna Morgan (residente na Itália e casada com João Morgan, falecida em 1850), D. Izabel Duarte (residente na cidade do Porto, e casada com Domingos Gomes Duarte), D. Carlota Louveiro (residente no Rio de Janeiro, e casada com Thomaz Louveiro), D. Luiza Joyce (residente em Lisboa, e casada com Pedro Joyce), João Midosi (residente no Rio de Janeiro), Pedro Midosi (residente em Lisboa), e primo de D. Carlota Joaquina da Silva Boccaquiari.

Foi cafeicultor na Martinica, e veio para o Rio de Janeiro em 1824, quando então, através do Visconde de Asseca, adquiriu terras na Serra da Tijuca. A propriedade de Midosi, segundo Bandeira (1993: 75-76), localizava-se entre o Pico da Tijuca, abrangendo o Vale das Almas, no limite com o caminho do Andaraí Grande, com as terras do Sítio da Caveira, com a beira da Estrada dos Picos (Caminho dos Assecas), e com o atual Barracão (prédio da Fazenda do Barão do Mesquita, e onde ficava a coudelaria do Conde Gestas). A casa de sua fazenda teria sido construída em 1824 (Bandeira, Relatório 1984), em uma pequena encosta terraplanada, sustentada por uma grande muralha de pedra aparelhada com cangicado. Em frente, encontrava-se um pátio para secagem do café, e logo a seguir a senzala.

Era comerciante e negociante, além de ter se envolvido na rede de corrupção que sustentava o tráfico ilegal, após 1830 (Ferreira, 1995). Guilherme Midosi era sócio de seu pai em uma casa de comércio no Rio de Janeiro, que foi inventariada em 1815, o que antecede a vinda de Midosi segundo as datas sugeridas por Bandeira. Trabalhando nos negócios da família Midosi, até pelo menos 1815, estavam os escravos João (Crioulo), Antônio (Benguella), Thomas (Cabinda), Leonor (Mina).

Em 1859 suas terras foram desapropriadas pela Fazenda Imperial para proteger as nascentes do Rio Maracanã (Cabral, 49). Quando o reflorestamento se iniciou sua casa passou a ser a residência do Marjor Archer (então administrador da Floresta), e continuaram a residir na senzala

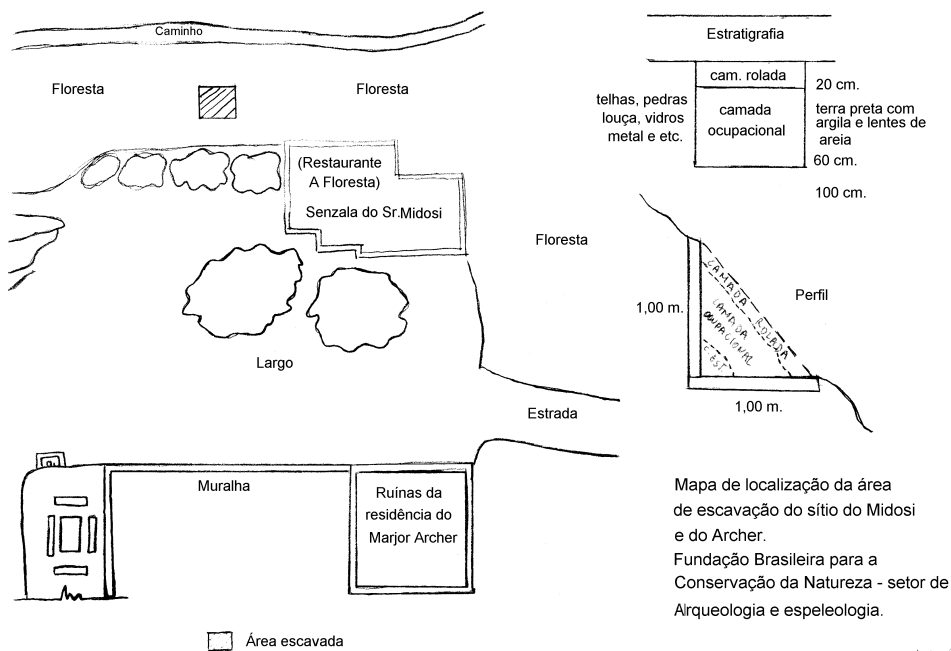


seis escravos já idosos, que passaram a trabalhar no reflorestamento. Eles eram Maria, Manoel, Leopoldo, Constantino, Eleutério e Mateus (Bandeira, 1993:76).

Guilherme Midosi veio a falecer em 1867, ainda na corte do Rio de Janeiro. É interessante notar a atenção aos escravos em seu testamento, como à escrava parda felicidade, que recebeu legados em dinheiro por seus bons serviços. Deu também a liberdade aos africanos Tou, Felipe, e Pedro, todos Mina, deixando para eles seus móveis e roupas.

Durante sua administração Archer chegou a ser processado por Felix Emilio Taunay, por abrir um caminho para trânsito no Sítio da Cascatinha em 1859.

Archer, além da Floresta da Tijuca, administrou também a Fazenda Imperial de Santa Cruz (1880), a Floresta de Petrópolis (1881), aposentando-se na própria Floresta da Tijuca (1891) (Heynemann, 1995: 65-66).



Relatório 1978

### Henry Chamberlain - Chácara dos Trapicheiros (?) - ? - 1826

Henry Chamberlain, que foi nomeado Cônsul inglês junto à corte do Rio de Janeiro, era casado com Anne Eugenia (lady Chamberlain), e possuía quatro filhos nascidos no Brasil: Anna Beresford, Harriet Mary, William Charles e Neville Bowles; e dois filhos mais moços (Tom e Kate), que em 1825, eram os únicos a permanecerem no Brasil (Ferrez, 1992:23/24).

Possuía uma propriedade na Floresta da Tijuca, que é localizada por Bandeira (1993) na Floresta dos Trapicheiros (Serra da Carioca), na vertente que dá para o bairro da Tijuca (atual Rua Sabóia Lima), com o nome de Chácara dos Trapicheiros, e teria como sócio William Young, seu compatriota. Ele chama a atenção para o exagero de alguns autores ao se referirem à sua plantação de café com mais de 20.000 pés, uma vez que suas terras não teriam um tamanho que suportasse esse número.

Alves (1965)<sup>7</sup> dá uma outra localização para a chácara dos Chamberlain, que seria no Morro do Inglês, na atual Ladeira do Ascurra, no Cosme Velho. Segundo a documentação de transferência de propriedade, Sir Henry Chamberlain vendeu-a um inglês (William Young), que por sua vez a teria revendido para o Conde Hogendorp. Há, também, referências à sua plantação de café, ao pé do Corcovado, logo após o Silvestre (Ferrez, 1992).

Possuía uma vida social muito relacionada com os cafeicultores, principalmente com Lecesne. Após a morte de Louis Lecesne e de sua mulher foi tutor de sua filha Frances Mary, e sua esposa chegou a morar na Fazenda São Luis de novembro de 1825 a março de 1826. Em julho deste ano, Lady Chamberlain partiu para Inglaterra, e seu marido a seguiu seis meses mais tarde.

#### Visconde de Jequitinhonha

O Visconde de Jequitinhonha (José Gomes Brandão Montezuma) era advogado e parlamentar, adepto ardente da Independência, conspirador, membro do governo provisório. Possuía terras na área da Pedra Bonita e parte da área das Furnas de Agassiz. Morreu em 1870, em um prédio no Rio Comprido (Revista da Semana, ).

#### John Rudge - Fazenda Murumbi (Vila Rica) - déc. 1830 - 1856

John Rudge era casado e tinha três filhos: Guilherme M. Rudge, Carlos Rudge, e Maria da Silva Peres Rudge, e o neto João da Silva Peres Rudge. Era um comerciante inglês abastado, sócio de Guilherme (ou Joseph?) Maxwell, e possuía trapiches na área do cais da praça XV de novembro.

Rudge morava com sua família em Vila Isabel, onde hoje se encontra a Escola João Alfredo. Foi proprietário de grande parte das terras que compreendiam a antiga Fazenda Murumbi, no Vale do Elefante, englobando a área de quase todo o bairro do atual Grajaú. A aquisição desta

---

<sup>7</sup> IHGB - Lata 35; pasta 51

Um holandês General de Napoleão Conde Dirk Van Hogendorp. O primeiro lavrador ilustre de café no Brasil. Por Yves G. Alves. Rio de Janeiro, 1965.

propriedade se deu por volta da década de 1830 (ou década de 1820?), na compra de vários terrenos de proprietários das terras dos jesuítas leiloadas em 1762.

A Fazenda Vila Rica localizava-se nessa região, mais precisamente na área do Andaraí Grande, às margens do Rio Joana (ou Perdido), no fim da Rua Marinópolis, no atual bairro do Grajaú. O terreno ia da Rua do Barão de Bom Retiro até as vertentes do Vale do Elefante. Esta propriedade ora é referida por Bandeira como pertencente à Viscondessa de Alcântara (relatório 1994), ora à família inglesa (1993:103).

John Rudge, associado ao seu genro Joseph Maxwell, adquiriu a área da atual Reserva Florestal do Grajaú na década de 1820 comprando-a de vários proprietários, que por sua vez tinham adquirido as terras no leilão das terras dos jesuítas em 1762. Ali plantou o café e capim, tornando-se fornecedor de feno para tropas reais (Bandeira, 1993). Ao falecer em 1865, suas terras foram partilhadas entre seus filhos: Eduardo Maxwell Rudge, João da Silva Peres Rudge; Maria da Silva Peres Rudge; Guilherme Maxwell Rudge, sendo que a parte que cabe a esta fazenda ficou com Eduardo Maxwell Rudge. Na década de 1860 a propriedade já aparece como posse da Companhia Brasileira de imóveis e construções; Maria Luiza Roza de Assumpção, e Manuel Bernardo Miguel, tendo sido desapropriada pelo governo Imperial em 1875.

O prédio principal dessa fazenda possuía as características de construção do século XVIII: uma casa de dois pavimentos, com paredes bem grossas feitas com reboco, que por sua vez era fabricado com a cal provinda de conchas marinhas, diluídas em óleo de baleia.. Outra característica marcante, que, segundo Bandeira (1993) é uma demonstração do caráter defensivo da sociedade carioca no final do século XVIII, é a quase ausência de janelas nos cômodos, chegando a não haver nenhuma no andar térreo, onde, provavelmente, funcionava um depósito, que teria sua entrada pelo interior do prédio, através de uma escada ou alçapão. Esta casa seria recoberta por telhas canal, possuiria falsas colunas nas quinas e centros, seira pintada de branco com frisos azuis (Lemos et alli., 1996).

Outra construção, localizada lateralmente a este prédio principal, se destinava a ser um depósito-cozinha ou uma oficina. Possuía o piso de terra batida, e uma grande área em sua frente, que segundo Bandeira (relatório de 1973) era dividida em: pátio para secagem do café (calçado de lajotas), um outro pátio para serviços gerais e estacionamento das tropas de mulas, usadas no transporte das sacas de café.

À esquerda do prédio, um tanque, um conjunto de patamares e uma antiga represa são associados a uma fábrica de anil que ali existiu durante a ocupação desta fazenda.

Na beira da encosta do morro, encontra-se provavelmente o local da moenda, uma vez que o prédio possui um corredor lateral do tipo dos antigos “infernos d’água”. Todas essas dependências da fazenda, mais a senzala, o chafariz e os alpendres, eram sustentados por uma grande muralha que chegava a atingir 70 metros de comprimento.

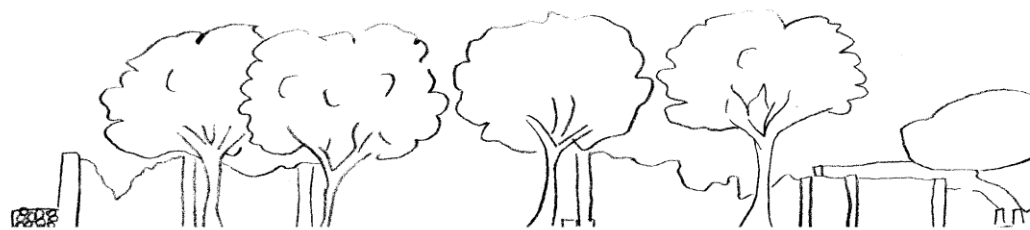
Um caminho colonial, que foi identificado por Bandeira (1993), ligava a antiga entrada da Borda do Mato (atual Rua Borda do Mato) às edificações da Vila Rica. Esta estrada era calçada por blocos de pedra ajustados uns aos outros, sem um aparelhamento.

Nas escavações arqueológicas efetuadas entre os anos de 1970 e 1982 foi retirado, entre outras coisas, uma cabeça de barro com a aparência de um demônio, além de vidros, telhas, metais e louças. As louças (datadas entre 1790 e 1850), segundo Lemos et alli. (1996), seriam da melhor qualidade (brasonadas, ou pertencentes aos melhores fabricantes ingleses, franceses, chineses e portugueses) demonstrando o nível social dos ocupantes desta fazenda, sendo de presença marcante a louça Willow (da série Pombinhos).

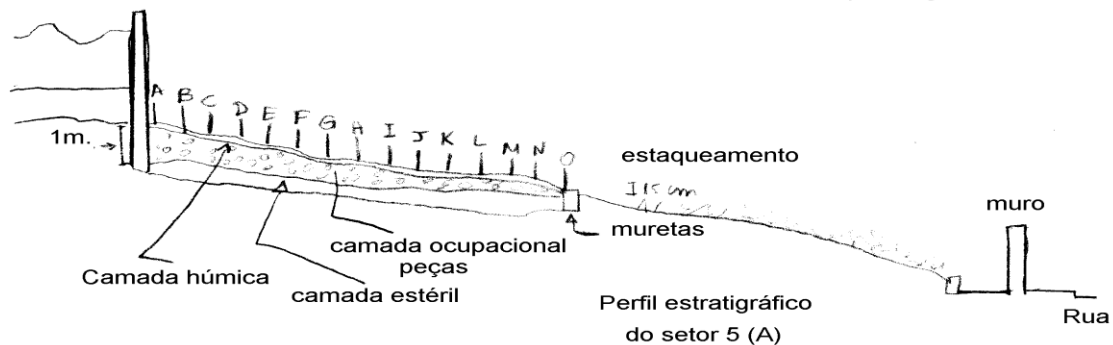
Após a ocupação pela Família Rudge, esta propriedade passou pela posse da Companhia Brasileira de Imóveis e Construções (década de 1860) e depois de tornou propriedade de Maria Luiza Roza de Assumpção, e Manuel Bernardo Miguel, tendo sido desapropriada pelo governo Imperial em 1875. Após a desapropriação, a casa continuou sendo ocupada por funcionários do serviço de águas, e desvalidos até 1939, quando ruiu.

As terras localizadas na região do Vale do Elefante foram desapropriadas em 1856, e o terreno no Vale dos Urubus (Reserva Florestal do Grajaú) vendido anos depois.

Planta da escavação - Ruínas de Vila Rica - 1976



perfil das ruínas  
Setor 5  
Escavadas as quadras nos 41 a 58  
Em 1976 vide planta geral



Histórico de Vila Rica em Bandeira, Relatório 1973:

“Constituindo-se as ‘Ruínas de Vila Rica’, numa antiga sesmaria colonial, passando pelos ciclos agrícolas e lenhadores, plantação de café, e, finalmente, pelo reflorestamento (...). Ainda em 1940 eram ainda imponentes as paredes sem teto pertencentes àquelas ruínas (...), apresentando suas muralhas quase ciclópicas, armadas em blocos que alcançam as vezes, mais de uma tonelada, belamente aparelhos e escorados, num excelente trabalho de cantaria, tão típico do artesanato português. São também, paredes que se erguem, altaneiras, ainda ostentando o resistente reboco fabricado com cal obtido pelo maceramento das conchas marinhas, e diluído em óleo de baleia.

O prédio principal, que deveria servir de residência, possui as características típicas das construções do século XVIII, apresentando poderosas paredes de espessura variando em cerca de 50 cm, sem janelas no pavimento térreo, onde deveria localizar-se uma espécie de depósito, cujo acesso era feito pelo lado interno do prédio através de escada ou alçapão. Como detalhe, a ausência de janelas na parede fronteira ao interior da floresta, bem como, as presumíveis janelas em seteira que deveriam localizar-se nas partes já derruídas, mostram o grau de espírito defensivo que norteava os primeiros moradores do Rio de Janeiro. Construídas pois como verdadeiras ‘fortalezas’ as residências dos colonos, graças a tal condicionamento, puderam resistir ao passar dos tempos, chegando até nossos dias ainda imponentes.

Lateralmente ao prédio residencial, erguia-se uma espécie de depósito ou oficina, com piso de terra batida, tendo a sua frente um extenso pátio de secagem de café, todo calçado em lajotas de cerâmica cozida, um pátio para serviços gerais, além de áreas para o estacionamento das tropas de mulas, usadas no transporte das sacas de café. Ao fundo, uma construção em muralhada e engastada contra o talude da encosta, possivelmente com cobertura, deveria situar-se a moenda, pois lateralmente existe um corredor do tipo dos antigos ‘infernos d’água’, onde deveria girar uma roda movida à força hidráulica, pela captação de uma corrente d’água, cujos indícios ainda não são visíveis no solo. Caminhos terraceados completam o conjunto de edificações, que situadas em plano superior, tem o seu frontal apoiado em extensa muralha de mais de 70m de comprimento. Uma estrada colonial, calçada por blocos de pedras desaparelhadas, simplesmente ajustadas umas as outras, descendo da entrada das edificações até a antiga entrada da Borda do Mato, hoje Rua Borda do Mato. A esquerda do prédio residencial, um conjunto de patamares, bem como uma antiga represa e tanque, confirmam os documentos históricos existentes na **DPHAEG**, da existência de uma fábrica de anil naquele local”.

Ainda sobre vestígios arqueológicos, em Bandeira (1993:125): “nas ruínas da Fazenda Vila Rica, chegou a ser desenterrada uma cabeça de barro, provavelmente moldada com sangue de um animal, apresentando a efígie de um horroroso demônio”.

### José Antonio de Araújo - Sítio da Caveira - 1830 - 1856

Segundo Bandeira (1993: 79-80) foi proprietário do Sítio da Caveira, na Fronteira com o Pico do Andaraí Maior, englobando a área nos limites com o Excelsior, a linha de cumeeada do Pico Andaraí Maior e Serrilha, descendo até o limite com as terras de José Ferreira Cupertino, na Estrada do Excelsior e Gulilherme Midosi.

Atualmente as ruínas da casa de seu antigo sítio estão localizadas no Largo da Caveira, próxima as ruínas de uma casa de 1943, antiga residência de um guarda florestal. Segundo o autor, teria sido edificada em 1830, e desapropriada em 1856.

### Lecesne - São Luiz - 1817 - 1853

Louis François Lecesne nasceu em 1759, em Caem, na Normandia (França). Formado em medicina, aos 25 anos acompanhou uma missão médica que se dirigiu a ilha de São Domingos (Bandeira, 1993: 70-72), onde chegou a adquirir duas fazendas, nas quais desenvolveu o cultivo do café.

Em 1791, Lecesne fugiu para Port Royal (Jamaica) em função de uma revolta de negros comandada por Toussaint L'Overture, dirigindo-se, posteriormente, à Newport, Rhode Island (USA), chegando até Nova Iorque, onde se casou com Eugenie de la Peronnière, no mesmo ano de 1791.

Logo após seu casamento, volta a plantar café em Havana (Cuba), onde ficou por 10 anos. A documentação referente a primeira esposa de Lecesne não aparece de forma clara; seu nome é também mencionado como Elisabeth de Le Persenière. Ela teria morrido em 1793, ao dar a luz a Eugenie C.L.

Em 1801 (ou 1794 ?) os franceses residentes em Cuba abandonaram a ilha em virtude do ataque à Espanha pela França, quando então, Lecesne, já viúvo, vendeu sua propriedade, e viajou para Filadélfia. De volta aos EUA, conheceu Mary Frances Selby, com quem veio a se casar em Londres, no ano de 1803. Foram viver em Paris, onde nasceu seu filho Louis William Lecesne (em 1805). No mesmo ano voltaram para Inglaterra, onde alguns anos depois veio a nascer sua filha Frances Mary (1808).

Em 1810 a família Lecesne já não se encontrava mais na Europa, tendo ido morar numa grande casa em Nova Iorque. Perdem toda a sua fortuna com a emancipação dos escravos e a quebra dos bancos locais, devido à guerra com os Ingleses. Decidiu investir o pouco dinheiro que conseguira recuperar em terras para o cultivo do café no Brasil. Assim, se dirigiu ao Rio de Janeiro, e, em 1816 alugou uma casa na antiga estrada para Botafogo (hoje Rua Senador Vergueiro).

Foi com a ajuda do Duque de Luxembourg Montemorency que Lecesne tenta pedir um auxílio à D. João VI para a criação de um estabelecimento real para a cultura do café. O rei não manifestou maiores interesses, dizendo ter em mente o desenvolvimento do cultivo do trigo no Brasil. Associado ao Duque<sup>8</sup>, Lecesne comprou uma grande área no vale da Gávea, hoje Gávea pequena. Ali ele construiu as casas de sua fazenda, à qual deu o nome de São Louis (conhecida também como 'Palácio da Tijuca'), e já em 1817 a família Lecesne mudava-se para a nova fazenda.

A viajante naturalista Maria Graham, ao visitar a casa dos Lecesne descreve uma grande sala de estar, com as paredes cobertas por papel ou coloridas, com cortinas de musselina, poltronas, sofás e espelhos. O Hall, segundo Graham, mediria uns cem metros de comprimento, tendo ainda uma sala de visitas com pinturas em afresco representando várias espécies de pássaros (apud. Ferrez, : 11-20). Spix e Martius (ibid.) observam os terreiros para secagem do café, construídos de 25 até 30 m<sup>2</sup> de tijolo ou de barro amassado. E após a secagem, os grãos eram postos em cestos trançados e enxutos.

A experiência no cultivo fez com que em um ano já houvesse 50.000 pés de café (chegando à 60.000 pés posteriormente), e mais de 50 escravos na fazenda São Louis, importância que deu a Lecesne o título de fazendeiro número um do Rio de Janeiro em produção de café, por vezes reconhecido até mesmo como o pioneiro do café na província.

Segundo alguns relatos, cada negro chagava a cuidar de uns mil pés (Spix & Martius, 1938: 139-140). Como observou Graham em 1825, Lecesne "(...) se havia valido de uma prerrogativa: o da insenção da propriedade britânica da ação da lei colonial portuguesa. Em consequência, os negros desta fazenda não eram batizados, de modo que o administrador podia considerar nulos os casamentos, vender o pai e a mãe separados dos filhos, o marido da mulher, e assim por diante " (Graham, 1956).

Com sua experiência fez prosperar riquezas a partir das plantações de café na Gávea, tendo seu mérito reconhecido pela Corte da Família Real Portuguesa, da qual era membro. No entanto, em virtude dos problemas de saúde de Mary Frances, alugaram uma casa em Botafogo, passando a família a dividir o tempo nos dois domicílios.

Lecesne descobre que foi enganado pelos secretários do Duque de Luxembourg, ao comprar as terras na Gávea Pequena, fato que o fez desembolsar grandes quantias para a legalização da posse do terreno. Após sua morte em 1823<sup>9</sup>, e em menos de um ano a de sua esposa, a São Louis continuou a produzir café pelo menos até 1853, quando o filho Louis resolveu vender parte da propriedade à Henry Greenwood. Em 1855 é revendida ao Dr. Tomas Cochrane. Na década de 1960 há registros que indicam a propriedade de Mrs. G.E.Fontes.

---

<sup>8</sup> A sociedade com o Duque de Luxemburgo na Fazenda São Luiz foi quebrada em 1818, dois anos após a sua compra.

<sup>9</sup> Lecesne morre em 1823, na Fazenda São Luiz, e é enterrado cerca de seis meses depois no cemitério dos ingleses, na Gamboa.

### Luís Fernandes - A Fazenda - c. 1890

Segundo os relatórios apresentados por Bandeira (1987) o prédio denominado A Fazenda foi propriedade do Visconde de Asseca. Já no período do reflorestamento, durante a administração de Magalhães Castro (1890-1894), passou a ser residência do funcionário Luis Fernandes, que muito teria ajudado o Major Archer no reflorestamento.

A casa encontra-se ainda de pé. Apresenta um porão habitável, com a forração do teto do tipo saia-e-blusa. O telhado é coberto com telha canal, e nas pontas tem um acabamento em alvenaria. Nas laterais da casa encontram-se escadas em pedra seca.

Foram feitas apenas coletas em superfície no entorno da casa.

### Marechal Dyrk van Hogendorp - Novo Sion - 1817 - 1822

Hogendorp foi Oficial Holandês, Ministro da Guerra, Embaixador da Corte Holandesa, Governador de Java, e ajudante de campo de Napoleão I. Emigrou para o Brasil em 1817, quando Napoleão foi exilado na ilha de Santa Helena.

Talvez a melhor forma de descrever Dyrk Van Hogendorp é deixar que ele próprio se apresente nas palavras de dois viajantes que visitaram sua residência nas primeiras décadas do século XIX; “quando o Francês Jacques Arago foi ter a sua casa durante um passeio ao corcovado, não sabia quem era o seu morador. Como ninguém o atendesse, abriu a porta e logo parou admirado ante um grande retrato à óleo, de um general francês. Antes que pudesse se refazer da surpresa, apareceu na pequenina sala uma estranha figura a quem Arago interpelou sobre a procedência daquele magnífico quadro. “Este retrato - explicou Hogendorp - penhor da amizade de Napoleão, é dum homem que quis viver para proteger a memória do Imperador: é o General Hogendorp, sou eu!” (apud. Alves, 1965).

Maria Graham também observou que, durante a sua visita, ele “falava quase incessantemente de seu Imperial senhor”. Ela explicaria: “Ele sempre teve as preferências de Napoleão, a quem sua honestidade e desinteresse em matéria de dinheiro pareceram preciosas, à medida que essas qualidades escasseavam entre seus seguidores” (ibid.).

Em carta escrita pelo próprio Hogendorp no ano de sua chegada no Brasil, se refere a casa que adquiriu, situada num local agradável e bonito, denominado Corcovado. Diz que foi bem recebido pelo Rei, que teria lhe dado asilo, sendo ainda muito ajudado pelo Conde das Barcas. Relata ter produzido carvão, e que o vendia na cidade.

Segundo alguns autores, em 1820 já possuía uma lavoura de café nas encostas do Corcovado, às margens do rio Carioca. O terreno que comprou pertenceu a Henry Chamberlain,



posteriormente vendido ao seu patrício William Young; ocupações que deram nome ao Morro do Inglês, segundo consta na documentação referente a propriedade (ibid.).

O caminho que levava à casa passava pela residência do Barão Van Tryll, Ministro da Rússia (Leithold & Rango, 1966: 79-82). A casa pode ser encontrada no final da ladeira do Ascurra, nas Águas Férreas, junto ao aqueduto do Morro do Inglês. Segundo Bandeira (1993: 70), teria sido desenhada com uma varanda por Carl Wilhelm Therenin.

A propriedade de Hogendorp foi denominada Novo Sion, em homenagem a casa de campo de sua mãe, perto de Haye. A região onde localizava-se o Novo Sion cercava-se de jardins, plantações, e casas de campo espalhadas em meio a mata virgem (Spix & Martius, 1938:135). A paisagem que desfrutava em sua propriedade foi retratada e comentada por muitas pessoas que lá passaram, com uma vista se estendia até o oceano.

Leithold e Rango (1966: 79-82) visitam a propriedade de Hogendorp em 1819, e descreveram sua casa térrea (de uma porta e duas janelas), e seus arredores. “Através da porta, passa-se uma pequena sala em que havia dos lados, assentos turcos (...). De um lado da sala (...) estava cheio de mantimentos e de garrafas de vinho; do lado oposto, outra igual com uma escrivaninha e uma pequena biblioteca. Para trás, havia ainda uma pequena peça que servia de quarto de dormir. Graham (1956: 188-192) descreve maiores detalhes na sua passagem pela casa do General, nos primeiros anos da década de 1820, quando foi conduzida por uma espaçosa varanda, mobiliada com sofás, cadeiras e mesas. Foram-lhe oferecidos café, leite e manteiga fresca, feitos no próprio local. Visitou toda a casa, que consistia apenas de “(...) três peças, além da varanda; seu escritório com poucos livros, em que dois ou três modelos de antigos baixos-relevos e alguns mapas e gravuras indicavam o retiro de um cavalheiro; seu quarto de dormir, cujas paredes (...) eram pintadas de preto e exibiam (...) esqueletos de tamanho natural (...) lembrando a dança da morte de Holbein; e um terceiro, ocupado com barris de vinho de laranja, e potes de licor feito de grumaxama (...). São os produtos de sua fazenda, cuja venda, junto com o café, ajuda sua pequena renda”.

Leithold e Rango observam à frente da casa uma espécie de alpendre, sustentado por quatro colunas de madeira. Bem próximo, um pequeno jardim com arbustos floridos e laranjeiras. Mencionam uma segunda casa, com um único quarto, depósito para leite, e cozinha, onde morava um escravo com sua mulher, e uma criança de oito anos. Além dessas duas construções, relatam a presença de um rancho, atrás da casa menor, com paredes, coberto de palha, onde eram guardados quatro vacas, porcos e um cavalo.

O General fez escavar à pólvora uma gruta que lhe servia de adega, para guardar o vinho em barris e garrafas. A plantação de café visitada “(...) se estendia da casa até o alto das pedras e baixava pela montanha qual um vinhedo. Os pés de café eram de dois ou três anos e mediam dois pés de alto. Estavam plantados conforme o tamanho. A plantação podia contar com uns vinte mil pés” (Leithold & Rango, 1966: 79-82).

Graham menciona que Hogendorp libertou os negros pertencentes a propriedade que adquiriu, vivendo com um velho criado prussiano. Relata um caso bastante pitoresco em que o General teria induzido “(...) uma mulher a usar uma jóia no nariz, à moda de Java (...)”.

A residência de Hogendorp é sempre mencionada pelos viajantes como um lugar de solidão e isolamento, ao que parece, “(...) pelas ocorrências dos últimos tempos, vindo viver aqui longe dos homens e da política, em comunhão com a natureza livre, e não considera inferior a dignidade manter a existência preparando carvão para a cidade, com as árvores de sua propriedade”. D. Pedro chegou a oferecer-lhe um cargo de ministro que foi recusado, reafirmando o apelido que lhe foi dado de ‘solitário do Corcovado’.

Encontramos nas próprias palavras de Hogendorp um pessimismo diante da vida, nascido na derrota de seu Imperador Napoleão I, que encontra refugio e acolhimento em meio as matas cariocas,

“(...) longe dos acontecimentos e das vicissitudes deste miserável mundo, onde a natureza é mais bela do que em qualquer parte do mundo onde já estive”. Levando esse pessimismo a um exagero, se protege de fofocas espalhadas na Europa com lamentos de miséria; “Espalharam na Europa - conta ele - que defraudei a um banco, quando mal tive com que pagar a minha passagem para o Brasil. Proclamaram que aqui possuía enormes lavouras e 300 negros, quando Zinga é o meu único criado. Se fizerdes 50 passos em torno desta casa tereis percorrido toda a minha propriedade. Se envergo uma blusa, mais ou menos nova, é que a comprei com o produto de meu vinho de laranjas. Se aos pés trago sapatos é que levo carvão a vender na cidade. Assim, posso dar-vos mau vinho, laranjas e bananas, mas não me peçais pão porque isto é coisa que o general francês hoje não tem” (apud. Alves, 1965).

É provável que o General Hogendorp não tivesse grandes riquezas em sua propriedade no corcovado, e vivesse basicamente da renda da produção que desenvolvia, embora tivesse amizades importantes, como a do próprio Napoleão que lhe deixara cem mil francos em testamento. No entanto, seria difícil imaginar um único empregado responsável pela queima das matas e produção do carvão vegetal, cultivos e cuidados com as árvores frutíferas, sendo da laranja produzido um tipo de vinho, de tal forma que teria fornecido os recursos necessários para o cultivo do café, que, segundo Taunay (1945: 38), chegou a 30 mil pés. Além disso, Hogendorp foi também reconhecido por idealizar “(...) uma avançada política de colonização que preconizava a transformação de vassalos em concidadãos” (Alves, 1965).

Nas vésperas da Independência, D. Pedro procurou-o, em confiança, indo pedir-lhe conselhos sobre a situação, como contou Hogendorp em carta ao seu irmão, nas vésperas de sua morte. Veio a falecer no ano de 1822. (ibid.).

Posteriormente sua casa foi ampliada, servindo como residência de veraneio aos Presidentes da República Velha. Atualmente, se encontra na Ladeira do Ascurra, no. 186, e nela

funciona a Escola Feminina de Artes e Ofícios, sob a direção das Irmãs Carmelitas da Divina Providência (ibid.).

#### Marie Devel - c. 1835/40 - c.1860

A francesa Maria Devel obteve, por volta de 1835/1840, uma propriedade na Tijuca onde plantou café e cana de açúcar, que se localizava no colo superior do Vale do Elefante (650 m. de altitude), entre o Pico da Tijuca e o Morro do Elefante.

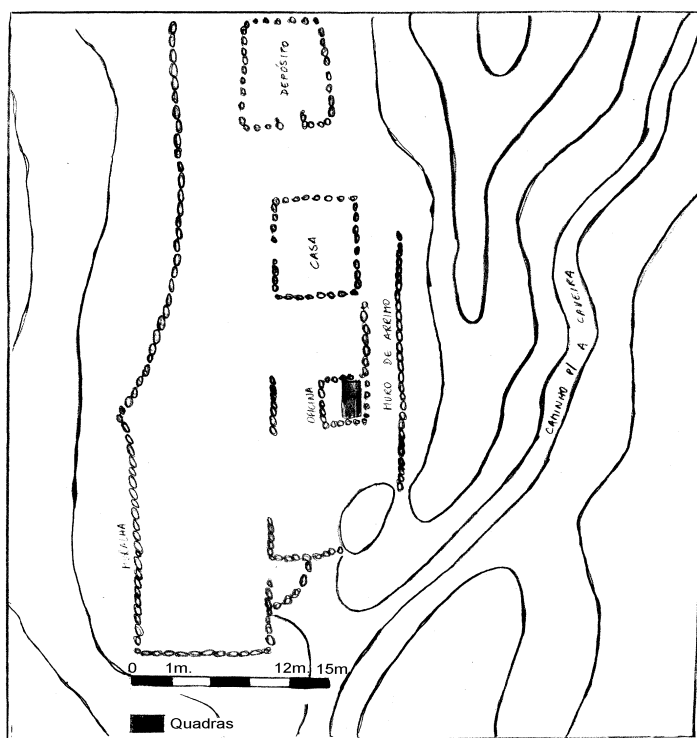
Foram edificadas em sua propriedade uma casa de pequenas dimensões, senzala, um depósito para café, uma casa de ferramentas, uma casa com forno de pedra, baias para muares e uma fonte de água potável. Uma muralha de 3 metros dava sustentação a estas edificações e ao pátio, onde, provavelmente secava o café. Como ruínas dessas edificações, temos restos de alvenarias e muralhas.

Para acessar esta propriedade é necessário uma caminhada de 6 horas a pé partindo do Grajaú, 3 horas pela serrilha do Pico Andaraí Maior (via Estrada do Excelsior) (Bandeira, 1993), ou pela estrada chamada “serra da bandeira” (Relatório 1984).

Nas vizinhanças de suas propriedades, mais precisamente, no Abrigo do IAB foram encontrados cachimbos de barro, contas de colares e louças de barro bastante queimadas demonstrando que o local fora freqüentado por escravos (Bandeira, 1993:125).

Na década de 1860 o terreno foi desapropriado pela Fazenda Imperial.

Ruínas da casa de Maria Devel - PNT- 08



Relatório 1982

### Scey-Montbéliard - 1818 - ?

O conde Scey, ou Príncipe de Montbéliard, veio da França, em 1818, e construiu uma pequena casa no Alto da Boa Vista. Possuía uma casa com piso de terra batida e de adobe, localizada próxima a atual Estrada do Açude, onde cultivou o café em pequena escala (Ferrez, 1992: 59). Bandeira (ibid.) nota que o conde obteve também um pequeno rebanho de gado leiteiro, ao observar um quadro de Nicolas Antoine Taunay, onde o artista teria retratado o conde Scey, o conde Gestas, madame Roquefeuil, a Baronesa de Rouhan, e a condessa Scey, além de uma outra mulher não identificada, e um escravo. Os Scey teriam cultivado também, em pequena escala, a cana de açúcar.

A casa localizava-se imediatamente após a descida, partindo da Praça Afonso Vizeu, na garganta leste, que vai dar na Usina (ibid.). A última referência sobre o sítio da família Scey data de 1829 (ibid.).

### Taunay - Sítio da Cascatinha - 1817 - 1868

Nicolas Antoine Taunay era casado com D. Gabriela de Escragnolle Taunay (que era filha do conde de Escragnolle e de Adelaide de Beurrepaire, ou condessa de Escragnolle)<sup>10</sup>. A descendência do casal segue pelos filhos Auguste Marie, Theodore Marie, Hippolite Marie, Felix Emilie e Adriane Taunay. Alfredo de Escragnolle Taunay (visconde de Taunay), filho de Felix Emile, já constiuia uma terceira geração da família no Brasil, que era aparentada aos Beurrepaire Rouhan.

Nicolas Taunay, pintor, integrante da missão artística francesa, chegou com sua família ao Brasil em 1816, e construiu uma casa de campo num pequeno corte em frente a atual cascatinha em 1817 (Bandeira 1993: 106). Foi primeiramente construída uma casa a pau a pique, e logo após, edificadas outras duas casas, substituindo a rústica construção.

Ao que parece, em 1821, o casal voltou para França com o filho Hippolite, ficando Auguste Marie responsável pela casa. Após sua morte, em 1824, o sítio passa a ser administrado por seu irmão, Felix Emile, que lá residiu até 1868, quando as terras foram vendidas à Fazenda Imperial.

Felix Emilie, seguindo a vocação do pai, fundou a Academia de Belas Artes, dirigindo-a de 1834 a 1851, além de ter sido mestre de D. Pedro II. Em 1860 foi contratado pela fazenda Imperial para coordenar a construção de uma nova estrada no trecho inicial da floresta. Nessa ocasião foi reconstruída a ponte da cascatinha pelo engenheiro Job Justino de Alcântara, e alterado o percurso da antiga estrada aberta pelos Asseca no século XVIII, a esquerda do portão da Praça Afonso Viseu. Tais obras determinaram o percurso tal como se encontra hoje.

As edificações que compunham o pequeno sítio da família Taunay localizaram-se na Floresta da Tijuca, provavelmente onde hoje estão os sanitários da cascatinha, a loja, e o estacionamento (ibid., pp. 73-74).

#### Thomas Cochrane - Castelo da Tijuca - 1855 - 1873 (?)

Thomas Cochrane nasceu na Índia em 1805, morou na Escócia com seu pai, e se formou em medicina, provavelmente em Paris. Casou-se, em 1845, com Helena Augusta Nogueira da Gama, com quem teve quatro filhas: Georgina Augusta (casada com o Conselheiro José de Alencar, dando início a família Cochrane de Alencar), Helena Carolina (casada com José Pereira de Freitas que não deixou descendentes), Francisca Eugenia (casada com o Comendador Léo de Affonseca, dando início à família Cochrane de Affonseca), e Eugenia Evangelina (casada com o Conselheiro José Ignácio Ewerton de Almeida, dando início à família Cochrane Ewerton de Almeida). Além de ter mais dois filhos do primeiro casamento: Ignacio Wallace e Maria Carolina. Possuía um primo-irmão também chamado Thomas Cochrane (Marques do Maranhão), que foi o primeiro Almirante da Marinha de Guerra do Brasil.

---

<sup>10</sup> Bandeira (1993: 73) dá um outro nome a esposa de Nicolas Taunay: Adrien Aimé Taunay.

O Dr. Thomas Cochrane trabalhava com a medicina, especificamente com a Homeopatia, e foi um dos introdutores desta ciência no Brasil. Tinha metade do estabelecimento onde funcionava o Laboratório Homeopático, na Rua da Quitanda, no.133. Chegou e escreveu uma obra intitulada 'Medicina Domestica Homoeopathica'.

Chegou ao Brasil em 1829, porém só adquiriu a propriedade na Tijuca, denominada Castelo da Tijuca, em 1855, o fazendo em nome de sua mulher. Localizava-se na Gávea Pequena, e teria sido comprada de Henrique Greenwood, que por sua vez a teria comprado dos Lecesne, em 1853 (era um terreno aforado dos Visconde de Asseca). A residência foi visitada por figuras ilustres como Castro Alves, e José de Alencar, que casado com uma Cochrane, passava a descansar no sítio da família de sua esposa.

Além de seus afazeres profissionais como médico homeopata, empenhou-se na construção de estradas de ferro, sendo responsável pela construção de uma linha de carris de ferro que ligava a corte do Rio de Janeiro até o Alto da Boa Vista, em 1856.

Também possuía uma casa na Rua do Lavradio, no. 53B, no entanto passava muito tempo na casa da Gávea Pequena, principalmente nos meses de verão, quando o calor ficava muito forte. Recebia muitos amigos e parentes aí, porém era uma pessoa bem retraída que, apesar de seu poder aquisitivo e posição social, ao que parece não apreciava as exibições de elegância da vida social, como era costume da classe mais abastada da época.

É interessante notar três aspectos referentes do ambiente interno da residência dos Chocrane através da mobília inventariada (que se refere, provavelmente à residência da Rua do Lavradio)<sup>11</sup>: como a diversidade e especificidade dos móveis, que dão dicas sobre diferentes ambientes; a qualidade dos mesmos; e o espaço utilizado para conter tal quantidade. Para isso parece interessante observa-la com mais detalhes no quadro abaixo, que incluí outros objetos de uso doméstico e de valor:

<b>Móvel</b>	<b>Preço</b>	<b>Observações</b>
1 mesa de jantar	21\$000	
1 buffet de mogno	12\$000	
2 guarda louças de vinhático	30\$000	
1 sofá, 2 dunquerque, 6 cadeiras de braço, e 24 cadeiras simples	150\$000	mobília de mogno antigo e muito uso
1 mesa de mogno	25\$000	
1 sofá, 12 cadeiras de cerejeiras	80\$000	em bom estado

<sup>11</sup> No inventário aparece, entre outras coisas, a casa da Rua do Lavradio, a mobília, e um imóvel (terreno) na Tijuca. Como não aparece inventariada a casa deste imóvel, estamos considerando que a mobília seja referente a primeira residência. No entanto, são informações interessantes, especialmente se posteriormente viermos a encontrar referências sobre a mobília da segunda residência mencionada, proporcionando uma rica comparação do tratamento dado por esta família ao ambiente interno de sua moradia na cidade e no campo.

1 sofá de jacarandá	10\$000	
1 piano		dado a D. Georgina C. de Alencar
1 piano	300\$000	
2 mesas de jogo de mogno	20\$000	
1 divã estofado	15\$000	
2 cadeiras de balanço de vime	30\$000	
1 cadeira de balanço estofado	15\$000	
1 cama de vinhático	30\$000	
1 guarda roupa de mogno	30\$000	
1 guarda vestidos de vinhático	60\$000	
1 toucador de mogno	40\$000	
1 lavatório	25\$000	
1 espelho de moldura	20\$000	
1 relógio de parede	15\$000	
1 máquina de costura	20\$000	
1 aparelho de porcelana para almoço	50\$000	
1 serviço de chá de electro-plate	60\$000	
1 faqueiro de electro-plater	400\$000	
1 faqueiro	100\$000	
2 escarradeiras de louça	4\$000	
joias	6:400\$000	

Em 1873 (ano de seu falecimento) possuía vinte e um escravos estabelecidos no Castelo da Tijuca, entre os quais treze homens e oito mulheres, conforme assinalados abaixo. Azevedo chega a mencionar o preço de alguns deles; doze teriam sido incluídos no preço do terreno, provavelmente no ato de sua venda, e, por Delfina, Eva, e Francelina foi avaliado o valor de 1:000\$000; por Emilia, 800\$000; por Corina e Isabel, 700\$000 cada; Emerenciana, 300\$000; Veriato, 200\$000, e por Francisco 100\$000. Em seu inventário é avaliada uma quantia geral, incluindo todos os seus escravos, de 6:800\$000 (ibid., p.100-101).

Sebastião	70 anos	africano
Veriato	60 anos	africano
Pedro	55 anos	africano
Domingos	52 anos	africano
Pascoal	50 anos	africano
Estevão	50 anos	africano

Pantaleão	42 anos	africano
Mariano	40 anos	crioulo
Domingos	36 anos	africano
Sebastião	34 anos	crioulo
Abel	10 anos	crioulo
Jorge	8 anos	crioulo
Francisco	1 ano	pardo
Romana	50 anos	africana
Maria	38 anos	crioula
Delfina	35 anos	crioula
Emerenciana	35 anos	crioula
Eva	10 anos	crioula
Emilia	9 anos	crioula
Corina	7 anos	parda
Isabel	6 anos	parda

De acordo com contas de julho de 1872 na firma Brandão e Teixeira, localizada na Rua do Rosário n. 61, o Dr. Thomas Cochrane tinha hábitos alimentares requintados, comprando regularmente champignons, sardinhas, biscoitos Cracknell, petit-pois, alcaparras, ginger-nuts, salames, bacon, queijos, mostarda inglesa, presunto inglês, molho, cerveja Bass, arenques, azeitonas de Elvas, azeite Plagnot, entre outras coisas. É certo que os Cochrane não se mantinham isolados das facilidades do centro da cidade, sendo freqüentadores da Confeitaria Fluminense, na Rua do Ouvidor, fregueses da loja Aux Tailers, pertencente a firma Gaffré & Guinle, e localizada na Rua da Quitanda. Desta última costumavam comprar sedas, rendas, linhos, fazendas brancas, e artigos de Paris, além de flanela, fustão de cor e bordado, merinó preto, e sultame branca. Ainda na Rua da Quitanda, localizava-se a Companhia de Gas do Rio de Janeiro, responsável pelo fornecimento do produto para família (ibid, p.95-96).

Dr. Thomas Cochrane e sua mulher morreram no mesmo ano de 1873, tendo ele falecido apenas dois meses antes de sua esposa. Atualmente a casa onde residiram corresponde ao Parque Cochrane, que pertence a Sra. Ernesto G. Fontes (Azevedo, 1965:84).



## ***Proprietários de Terras e Sítios Arqueológicos no PNT por Carlos Manes Bandeira***

Aqui apresentaremos dois quadros informativos acerca dos proprietários de terras e os sítios arqueológicos identificados por Bandeira, conforme publicado em seu *Parque Nacional da Tijuca*, de 1993. Tais referências foram mantidas separadas e esquematizadas em quadros, para uma melhor verificação das mesmas futuramente.

### **Proprietários**

#### ***Serra da Carioca***

<b>Proprietário</b>	<b>Nome</b>	<b>Localização</b>	<b>Data</b>	<b>Observação</b>
Francisco da Silveira Dias		vertente do morro da Boa Vista, limites na estrada do redentor, na Serra da Carioca		proprietário de terras
Ana Pacheco de Souza (viúva)		Vale do Moganga, Serra da Carioca		proprietária de terras vizinhas às terras de Rodrigo de Freitas
Francisco de Siqueira Dias		na vertente oeste do Morro da Boa Vista, na Serra da Carioca, descendo até a estrada do Redentor		proprietário de terras
Rodrigo de Freitas	Nossa Senhora da Conceição da Lagoa	Atual Jardim Botânico, limites na linha da cumeada principal da Serra da Carioca, com os morros da Freira, Boa Vista, e Queimado		Fazenda
Rita Villela		Morro da Moganga. Vale da Moganga, na Serra da Carioca		proprietária de terras
José Machado dos		Paineiras	desde a	sítio

<b>Proprietário</b>	<b>Nome</b>	<b>Localização</b>	<b>Data</b>	<b>Observação</b>
Santos			década de 1830, sendo desapropriada em 1850	
Francisco Antonio Pires Brandão	Sítio das crianças	Gávea Pequena		sítio antes pertencente a Frei Custode
José Pedro Dias de Carvalho (1805-1881)	Fazendinha São José de Alagoinha da Gávea	da Gávea Pequena a São Conrado. Área do Gávea Golf Clube		Fazendinha
Henry Greenwood	Fazenda São Luís		adquirida em 1853	comprada de Louis Lecesne
Thomas Cochrane	Fazenda do Castelo	estrada da Vista Chinesa, hoje propriedade da família Fontes	adquirida em 1855	antiga fazenda São Luís, comprada de Louis Lecesne e Henrique Greenwood
Silvestre Pires Chaves			desapropriado em 1855	sítio guia de D. Pedro I, quando visitou o alto do pico do Corcovado
Luís Moutinho de Lima Alvares de Souza		nascente do rio Carioca, nas paineiras	desapropriado em 1819	sítio, desapropriação feita em função das obras de ampliação da captação de águas para o chafariz da carioca
Marcelina Roza		paineiras	desapropriado entre 1853 e 1856	sítio
João Luís da Cunha		paineiras	desapropriado entre 1853 e 1856	sítio
Francisco do Vale Guimarães		paineiras	desapropriado entre 1853 e	sítio

Proprietário	Nome	Localização	Data	Observação
			1856	
Alexandre Taylor		início da estrada do Redentor		proprietário de terras propriedade permanece com a família

### **Serra da Gávea**

Proprietário	Nome	Localização	Data	Observação
José de Montezuma - Visconde de Jequitinhonha		Pedra Bonita e parte da área das Furnas de Agassiz		
Antonio de Mello Loureiro	Fazenda da Cascata	área da cascata grande, nas furnas, subindo em direção a Pedra Bonita	meados do século XIX	Fazenda

### **Serra da Tijuca**

Proprietário	Nome	Localização	Data	Observação
Albano J. do Espírito Santo		área do morro dos Castelos da Taquara, divisa com as terras da viúva Sobral		proprietário de terras
Antonia Borges do Espírito Santo		vertente da Serra do Andaraí	desde 1762	terras compradas no leilão da sesmaria dos jesuítas
Antonio Alves de Oliveira		área do caminho do sertão		terras posteriormente adquiridas pela Fazenda Imperial
Maria Luiza Roza da Assumpção	Vila Rica	entrada do Vale do Elefante, às margens do rio Joana, ou Perdido. No final da		Fazenda, com casa de dois pavimentos, sobre um piso amuralhado, com engenho, senzala,

Proprietário	Nome	Localização	Data	Observação
		rua Marianópolis, Grajaú.		e outras edificações
Francisco Antonio Gomes		provavelmente próxima a fazenda de Antonio Joaquim D'Almeida	desapropriação em 19/02/1856	sítio
Companhia de Carris de Ferro do Rocio ao Alto da Boa Vista		acima da Cova da Onça		proprietária de terras
Maria Thereza da Costa Sampaio		Caminho da Taquara, atual estrada do Açude, em terras laterais ao Museu do Açude		casas
Maria José da Conceição e Clemente José do Rego		área do caminho do sertão, nas nascentes do rio Cachoeira, no final do caminho da Cova da Onça		sítio
Viúva Sobral		próximo ao morro dos Castelos da Taquara, divisa com as terras de Antonio Mello Loureiro		proprietária de terras
Irineu Evangelista de Souza - Barão de Mauá		área do caminho do sertão. No limite do parque		proprietário de terras
José Maria Correia de Sá	Fazenda Cantagalo		1853-1868	Fazenda, vendida à Ramalho Ortigão
Ramalho Ortigão	Fazenda Cantagalo	área superior da Represa dos Ciganos, indo até o topo do morro do Ramalho	comprada em 1868	Fazenda, comprada de José Maria Correia de Sá

<b>Proprietário</b>	<b>Nome</b>	<b>Localização</b>	<b>Data</b>	<b>Observação</b>
Feliziana Paes		parte baixa do Vale da Cachoeira, final da Rua da Borda do Mato	c.1860	proprietária de terras
Manuel dos Santos Pinto		Vertente do Pico do Andaraí Maior	Adquiridas no leilão das terras dos jesuítas em 1762	proprietário de terras
Antonio da Costa Ribeiro		vertente da Colina da Crista, atingindo o Morro do Felizardo	meados do século XIX	proprietário de terras
Paulo Pereira		vertente do Morro Redondo	Adquirida no leilão das terras dos jesuítas em 1762	chácara
Elias José dos Santos		Vale de Santa Inês, com o vértice do Vale do Elefante. Divisa com a Fazenda de Marie Devel		Fazenda
Francisco Fernandes		da estrada do Açude até o alto do morro do Visconde, parte do caminho do Mateus. Atualmente pertence ao Museu do Açude		proprietário de terras
João Ferreira de Souza		vertente do Pico do Andaraí Maior, em direção ao Excelsior	década de 1850	proprietário de terras
João José de Souza		limites com as encostas do Pico do Andaraí Maior, descendo em direção ao Vale do Excelsior	desapropriação em 07/02/1872	Fazenda, em ruínas, com grandes muralhas

<b>Proprietário</b>	<b>Nome</b>	<b>Localização</b>	<b>Data</b>	<b>Observação</b>
Felizardo José Tavares		alto do morro do Felizardo (colina do cemitério), no Vale do Excelsior	desapropriação em 18/05/1868	sítio
Bartolomeu José de Campos		área do caminho do sertão, final do caminho da Cova da Onça	desapropriação pela Fazenda Imperial	proprietário de terras
João Pereira da Silva Borges Fortes - Barão de Inhatium		próximo ao sítio do Midosi	desapropriação em 08/02/1856	sítio com duas casas
Francisco Pedro		próximo ao sítio do Midosi		sítio
José de Avila (ou Faria)		vertente a oeste do Pico Tijuca Mirim		proprietário de terras
José Antonio Barros		vertente oeste do Pico da Tijuca, descendo para o Vale do elefante		proprietário de terras
Alberto Barros, posteriormente sua viúva		Vale de santa Inês, fronteiras à Serrilha		proprietário de terras
Mathilde Barros		vertente oeste do Pico da Tijuca, descendo até o leito do rio Perdido (Joana)		proprietária de terras
João Ferreira dos Santos		da crista da vertente do morro do Anhangüera, até o contorno do Pico do Andaraí Maior, no contraforte inferior em contorno da montanha		casa em ruínas

<b>Proprietário</b>	<b>Nome</b>	<b>Localização</b>	<b>Data</b>	<b>Observação</b>
Maria Angélica da Silveira Borges	Fazenda dos Três Patamares	Vale da Cachoeira	desapropriação em 30/03/1869	Fazenda, com ruínas da casa e senzala. Foi comprada de parte da Antiga Fazenda da Viscondessa
João Antonio Alves de Britto		terras fronteiras ao pico João Antonio, no Vale de Santa Inês	desapropriação em 11/08/1870	proprietário de terras
Roza Antunes da Câmara		área fronteira ao Excelsior e ao Morro do Felizardo (colina do cemitério)		proprietária de terras
João Thedim Sequeira	Fazenda Engenho da Serra	área dos três rios e parte das terras da represa dos ciganos	1840-1853	Fazenda Era camarista Mor do Império e coronel
João Thedim Sequeira	Chacrinha	Floresta da Tijuca, local não determinado	1840-1853	chácara
Delphina Casquilho	Fazenda do Engenho da Serra e Chacrinha			compradas de João Thedim Sequeira
Thereza Maria da Conceição		entre o alto do mesquita e as terras do Barão do Bom Retiro, e Antonio Joaquim de Almeida	desde 1835, desapropriada em 30/09/1858	proprietária de terras (segundo os mapas, proprietária de sítio)
Antonio José da Costa		vale da Cachoeira, com limites no sítio de dona Feliziana, vertente para o Grajaú		proprietário de terras
José Lopes da Fonseca		divisa com as terras do Taunay, área da entrada do PNT,		proprietário de terras

Proprietário	Nome	Localização	Data	Observação
		atualmente mansão dos Seabras		
Miguel de Araújo Freitas			adquirida em 21/12/1761 (terras confiscadas dos jesuítas)	proprietário de terras
Dr. Lourenço José Godinho	Casa do Morro da Jaqueira, Casa do Açude	área superior ao Açude da Solidão	adquiridas em 1866	proprietário de terras
Mario Antonio de Dellesderrier	Fazenda Quitite	parte de suas terras atinge as vertentes do morro da cocanha	1853-1868	Fazenda
... Carneiro de Souza Lima		divisa com a Fazendinha do Barão do Bom Retiro	1894	proprietário de terras
Manuel de Araújo Lima		vertente do pico do Andaraí Maior	adquirida em 21/12/1761	chácara antiga terras de Justo Fernandes, antes pertencentes aos jesuítas
Antonio de Mello Loureiro		caminho do sertão		proprietário de terras
José Thomaz de Mattos	Vila Rica	área do final da rua Marinópolis	início do século XIX	Fazenda
Joana Maria de Oliveira Alves Negreiro		Floresta da Tijuca, localização não identificada	desapropriação em 08/02/1856	sítio
José Nunes Teixeira		entrada do PNT, portão da Praça Afonso Vizeu		proprietário de terras propriedade permanece com a família
Manuel dos Santos		vertentes do Andaraí	adquirido em	chácara



Proprietário	Nome	Localização	Data	Observação
Pinto			21/12/1761	
Belchior da Fonseca		vertentes do Andaraí	adquirido em 21/12/1761	chácara
Paulo ferreira		vertentes do Andaraí	adquirido em 21/12/1761	chácara
Dr. Cordovil de Syqueira e Mello		vertentes do morro do elefante, ao lado da estrada Meneses Cortes	adquirida em 21/12/1761	chácara
Miguel de Araújo Freitas		vertentes do Andaraí	adquirida em 21/12/1761	chácara
Dr. José da Costa Maya		vertentes do Andaraí	adquirido em 21/12/1761	proprietário de terras
Manuel de Araújo Lima		vertentes do Andaraí	adquirido em 21/12/1761	chácara
	Chácara do Portão Vermelho	Andaraí		com 30 ou 40 mil pés de café produzindo 1200 arrobas. Referência tirada de Taunay (1945)

## Sítios Arqueológicos

### Serra da Carioca

Sítio	Mapa	Data	Proprietários	Localização	Observação
Sítio do Sumaré	v. mapa: A-30 - ruínas da duas casas e muralhas (76)	1567 a ?	Sesmaria do Jesuítas do Engenho Velho; Comendador Sebastião Costa Aguiar (?) (década de 1840: Chácara do Vintém)	Serra da Carioca. Vertente do Morro do Sumaré, localizada num platô intermediário de 180 m. de altitude	embasamento de duas grandes casas rurais e muralhas em ruínas
Sítio do	mapa:A-31	1850	Visconde de	Arredores do Parque	Foi construída uma

Sítio	Mapa	Data	Proprietários	Localização	Observação
Sobrebo	- ruínas de casa (79)	a 1968	Asseca; Proprietário desconhecido (dec. 1850)	à margem da Estrada do Soberbo, no Alto da Boa Vista	ampla residência com porão abitada que permaneceu em pé até 1968, sendo demolida nos anos 70. Não produziu o café.
Fazenda da Cascata Grande	mapa: A-32 -ruínas da casa da Fazenda das furnas (80) -ruínas da casa do caminho da Pedra Bonita (82) -ruína da casa do alto do Vale da Pedra Bonita (94) -ruína da casa no. 2 do AVPB (95) - ruína da represa e caixa d'água (96)	1830 a ?	Visconde de Asseca; Major Antonio de Mello Loureiro (dec. 1830 até dec. 1860); O Português Serpa Pinto (dec. De 1860-?)	Área de Furnas de Agassiz. Arredores do Parque, subindo pelo Vale da Pedra Bonita.	Casa grande, escadaria e altas paredes, além de outras construções de porte em ruínas. Próxima encontram-se mais 3 casa e uma antiga represa em ruínas. Loureiro figura no Almanaque LAMMERT, como abastado agricultor
Sítio Novo Sion	mapa: A-37 -casa (92)	1817 a ?	William Young (arrendadas em 1817); Marechal Hogendorp (1817-1822); Fundação Estadual de	Atual Ladeira do Ascurra, Cosme Velho	

Sítio	Mapa	Data	Proprietários	Localização	Observação
			Educação ao menor (atualmente)		
Fazenda da Nossa Sra. Da Conceição da Lagoa.	mapa: A-41 -ruína de construções (113) - JB -ruína da casa de pólvora (114)-JB	1596 a ?	sesmaria de Diogo de Amorim Soares (1596 -1609); Sebastião Fagundes Varela (1609-1660); Rodrigo de Freitas Melo e Castro (1660-1808); Fábrica de pólvora e Jardim Botânico (1808 - hoje)		Diogo Soares - engenho de cana; Rodrigo de Freitas - português
9 Represas no Vale da Gávea	mapa: A-40 9 represas construídas em 1876 (104 a 112)	1876		Vale do Cochrane, Gávea Pequena. Terras que pertenceram a Van Mocke.	As represas estão em funcionamento. São de 2 tipos: pedras de lióz (trazidas de Portugal) e em granito-gnaisse aparelhado. Ferragens e tubulação importadas da Inglaterra.
Fazenda Nassau	mapa: A-46 -ruína da casa (124) - chafariz da bica da rainha (128)	1818 ao final do séc. XIX	Sesmaria de Manoel de Brito; Charles Alexander van Mocke (1818)	Vale da Gávea Pequena	Casa e muro em ruínas.
Fazenda São Luiz	mapa: A-47 -casa do sítio (125)	1816	Sesmaria de Manoel de Brito; Louis William	Estrada da Vista Chinesa, Gávea Pequena	

Sítio	Mapa	Data	Proprietários	Localização	Observação
			Lecesne (1817); parcialmente vendida a Henry Greenwood (1853- 1855); Dr. Thomas Cochrane (1855- ?); Ernesto G. Fontes (?- hoje)		
Sítio do Marquês de São Vicente - Solar do Grandjean de Montigny	mapa: A-48 -casa solar (126)	1817 a ?	sesmaria de Manoel de Brito; Grandjean de Montigny; Marquês de São Vicente (1872-1 <sup>o</sup> quartel do séc. XX)	Atual Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ)	casa na PUC
Fazenda dos macacos e solar da Imperatriz	mapa: A-49 -solar da Imperatriz (127) -capela de N. Sra. Da Cabeça (128) -ruínas da casa dos Canto e Mello (139)	1596 a ?	sesmaria de Diogo de Amorim Soares (1596); Sebastião Fagundes Varella (1609); Martim de Sá (1623 a 1632); Rodrigo de Freitas Melo e Castro (1660); Vários proprietários: Martim de Sá; Castorina de Oliveira Castro, (desapropriado entre 1871 e	Atual Horto Florestal, Jardim Botânico.	Solar ainda está de pé. Martim de Sá possuía a chácara N. Sra. Cabeça; D. Castorina, o sítio ou chácara dos macacos; o Padre Domingos as terras do atual Horto Florestal.

Sítio	Mapa	Data	Proprietários	Localização	Observação
			1876); Padre Domingos da Silva Porto (até 1876); Jardim Botânico; Amélia N. de Lucchtemberg (1831); fábricas de tecido		
Aqueduto das Paineiras	mapa: A-50 -aqueduto das paineiras (129)	1876 a ?		Serra da Carioca, Paineiras.	Construído em 1876 pela repartição de águas e obras públicas. Constituiu-se de fonte e arcos de pedra, condutores de água e canaleta.
Fazenda do Marquês de São Vicente	mapa: A-51 -sede da fazenda (130) -ruínas de uma casa do sítio do Rio da Rainha (137)	1567 a 1943	Sesmaria de Manuel de Brito; Sesmaria de Diogo de Amorim Soares (1596); Sebastião Fagundes Varella (1609); Martim de Sá (1623); Vários proprietários em 1872 (entre eles Marquês de São Vicente); Família Guinle, sucedendo o Marquês; Governo Distrito	Atual Parque da Cidade, Gávea.	Marquês de São Vicente (José - Antônio Pimenta Buena, diplomata, estadista e conselheiro do Império) residia nos meses de verão nesta casa assobradada, cercada de varanda ampla. A casa sede da Fazenda é atualmente o Museu Histórico da Cidade.

Sítio	Mapa	Data	Proprietários	Localização	Observação
			Federal (1940); Parque da Cidade (1943)		
Sítio dos Macacos	mapa: A-52 -ruína casa no.1 (131) -ruína casa no.2 (132) -ruína tanque de pedra (133)	1567 a 1993	Sesmaria dos Jesuítas; Família Ferreira Vianna (1894).	Serra da Carioca, encostas do Morro das Andorinhas e o Morro do Cochrane, divisa com PNT, estendendo-se até as terras da cúria metropolitana, com a Rua Capuri, na Gávea.	Duas casas sobre altas muralhas em ruínas. Atualmente pertence a Família Pires Brandão.
Sítio do Trapicheiro	mapa: A-53 -ruínas da casa (134)	1567 a 1870	Sesmaria dos Jesuítas; Barão de Itacuruça ou proprietário não identificado (?) (desapropriado em 1870).	Serra da Carioca, divisa com a Rua Saboia Lima. Área próxima ao Sumaré.	Casas e instalações de uma fazenda de cana e café em ruínas. Atualmente funciona uma represa para captação e abastecimento de água (CEDAE)

### **Serra da Gávea**

Sítio	Mapa	Data	Proprietários	Localização	Observação
Fazenda da Pedra Bonita	v. mapa:A-36 - ruína da casa do alto da Pedra Bonita (86)	1840 a 1980	Sesmaria de Manoel de Brito; Visconde de Jequitinhonha (déc. 1840); D. Maria (déc de 1960)		Foi edificada uma casa assobradada, onde ainda na década de 1960 residia a D. Maria, permanecendo em pé até 1970. Dela restam fogão de

Sítio	Mapa	Data	Proprietários	Localização	Observação
					pedra, um tanque e alicerces. As netas do visconde venderam a propriedade em c. 1980 para o PNT e é ocupado por posseiros.
Sítio do Sorimã	v. mapa: A-38 -ruína da casa (93)	1568 a ?	Visconde de Asseca; Aldo Bonardi (1843-?)	Próximo à praça Prof. Velho da Silva, na Estrada do Solimã, na área da vertente do morro do Focinho do Cavalo e à vertente da Pedra da Gávea	Bonardi era empresário. Ruínas da fazenda
Sítio do Serpa Pinto	v. mapa: A-39 -casa de pedra (97)	1568 a ?	Visconde de Asseca; Manoel Caldeira; Visconde de Jequitinhonha (dec. de 1840- dec. 1850); Manoel de Serpa Pinto (dec. 1850- ?); parcialmente vendida, incluindo a área das furnas, p. Prefeitura do Distrito Federal (1914)	Área das Furnas de Agassiz, caminho da ponte.	Manoel Caldeira compra a propriedade com o engenho de açúcar. Serpa Pinto constroem diversas casas, um delas ainda conservada com pórticos de pedra lióz, além de uma ponte sobre o rio da Cachoeira.
Fazendinha de São José da Alagoinha da Gávea	v. mapa: A-43 -ruínas de plataforma e canaletas (117)	1830 a ?	sesmaria de Manoel de Brito; sucessivos herdeiros (início do séc. XIX); Senador	vertente oeste da Pedra da Gávea. Sesmaria - área entre a P. Gávea, P. Bonita, P. Aguda,	Engenhos, depósitos e extensas plantações de café. Da fazenda de

Sítio	Mapa	Data	Proprietários	Localização	Observação
			José Pedro Dias de Carvalho (1830-1893); Conselheiro Antonio Ferreira Viana (1893/4); José Pires Brandão	Gávea Pequena, Morro do Cochrane e praia de São Conrado. Senador - construiu a "Casa Azul", que hoje é a sede do Gávea Golf Club.	Ferreira Viana restam ruínas nas encostas da P. da Gávea que pertencem a Companhia Cidade da Gávea

### **Serra da Tijuca**

Sítio	Mapa	Data	Proprietários	Localização	Observação
Fazenda Murumbi	v. mapa: A-1 - Vila Rica (1) - dois fornos de pedra (25) - Muralha no Rio Perdido (27) - Marco de limite em rochedo (42) - ruínas do frontal do Pico do Perdido (43) - ruínas da casa no.1 (116) - ruínas de uma casa (123)	1567 a 1875	Antiga sesmaria dos Jesuítas; Vários proprietários (1762); John Rudge (déc. 1820, morre em 1865 e as terras são divididas); Eduardo Maxwell Rudge; João da Silva Peres Rudge; Maria da Silva Peres Rudge; Guilherme Maxwell Rudge. Eduardo vende para a Companhia Brasileira de imóveis e construções; Maria Luiza Roza de Assumpção e Manuel Bernardo Miguel (déc. 1860,	Área do Andaraí Grande. Da Rua do Barão de Bom Retiro, até as vertentes de parte do Vale do Elefante, sendo as terras de John Rudge a maior parte da área anterior. Onde localiza-se atualmente a Reserva Florestal do Grajaú.	John Rudge teve seu genro Joseph Maxwell como sócio, nas terras que serviram para o plantio de capim e café. Após a desapropriação continuou sendo ocupada por funcionários do serviço de águas, e desvalidos até 1939. As ruínas foram escavadas entre 1970 a 1982



Sítio	Mapa	Data	Proprietários	Localização	Observação
			desapropriação em 1875)		
Fazenda Bela Vista	v. mapa: A-2 -local da casa do Mayrink (02, 135) -ruínas da casa do conde Gestas (03) -capela Myrink (47) -ruínas de pilastras (48) -casa da antiga coudelaria do Gestas (50)	1810 a 1898	Visconde de Asseca; Conde Gestas e M. Roquefeuil (1810-1835); Visconde Souto (1850-1864) ou proprietário não identificado (?); José Francisco Mesquita (C.Bonfim) (1864); Jeronimo José de Mesquita (B. Mesquita), posteriormente sua filha (1886-1888); Mayrink (1888-desapropriação1897)	Propriedade dos Mesquitas: do topo da Cascatinha até a cancela do Midosi, um pouco acima do Barracão, no final da estrada do imperador. Atual Alto do Mesquita	Conde Gestas era proprietário da Fazenda Boa Vista ou Bela Vista.
Sítio da Floresta	v. mapa: A-03 -ruínas da casa do Midosi e M. Archer (04) -ruínas depósito de café 1 (14) -idem 2 (23) -ruínas no Lago das Fadas (24) -antiga senzala (34)		Visconde de Asseca; Guilherme Midosi (1824-1856); União (residência de Major Archer - 1856-1873)	Vale das Almas, e encostas locais. Na atual estrada dos Picos - Largo do Midosi.	A casa principal e muralhas encontram-se em ruínas, e o atual restaurante A Floresta ocupa o local da senzala.

Sítio	Mapa	Data	Proprietários	Localização	Observação
	-ruínas forno de pedra (35) -ruínas da casa e muralhas (67) -ruínas de muretas (100)				
Sítio de Humaitá	v. mapa: A-04 -ruínas da casa do sítio (05) -sítio histórico da Pedra dos Macacos (121) -sítio histórico da gruta do Bom Retiro (122)	1850 a 1859	Luís Pedreira do Couto Ferraz (Barão e Visconde do Bom Retiro) (desapropriada em 1859).	Área de Humaitá.	a casa teria sido construída para seu único filho, que após a sua morte, na Passagem de Humaitá, na Guerra do Paraguai, não foi mais ocupada.
Sítio do Morro Redondo	v. mapa A-05 -ruínas da casa de Alves de Brito (06) -ruínas de uma represa (32) -escada de pedra talhada na rocha (36) -quatro marcos de pedra (87)	até 1870	Antonio Alves de Brito (desapropriação em 1870)	Alto do Morro Redondo, no Vale do Elefante	casa e muralhas em ruínas.
Sítio de Maria Devel	v. mapa: A-06 -ruínas da casa e do forno (07) -ruínas da casa de Maria Devel (08)	dec. 1840 até 1860	Maria Devel (desapropriação em 1870)	Vale do elefante. Entre o Pico da Tijuca e o Morro do Elefante.	

Sítio	Mapa	Data	Proprietários	Localização	Observação
	-muralhas do caminho da pedra da coruja (91) -ruínas da mureta / baldrame (102) -ruínas do depósito e muralhas (103)				
Fazenda Cantagalo	mapa: A-07 -ruínas da casa (09) -ruínas de uma das casas (21) -tanque de pedras e muretas (88) -represa velha e canaleta (89) -ruínas da casa no.2 e tanque (90)	1840 a 1898	Visconde de Asseca; José Maria Correia de Sá; Ramalho Ortigão (desapropriação em 1898)	Vale dos ciganos. Vertente fronteira a estrada Meneses Cortes, com sede na represa dos ciganos	casa, depósitos, moinho, e outras dependências em ruínas
Sítio dos Santos	mapa A-08 -ruínas de uma casa (10) -ruínas do portão (11) -ruínas de uma muralha (28) -ruínas da casa (40)	1840 a 1876	Visconde de Asseca; João Ferreira dos Santos (1840- ) (desapropriação entre 1870, 1876)	entre o Pico do Andaraí Maior e o Vale do Excelcior, estendendo-se até o morro do Anhangüera	casa, pequenas edificações, e portão de entrada em ruínas. O portão é constituído de colunas de pedra aparelhada
Sítio do Felizardo	mapa: A-09 -ruínas da casa (12)	1840 a 1868	Sesmaria dos Jesuítas, leiloada em 1762; Diversos;	Morro do Felizardo, ou colina do cemitério.	Muralhas muito altas, forno em pedra, e casa em ruínas

Sítio	Mapa	Data	Proprietários	Localização	Observação
			Felizardo José Tavares (na década 1840, desapropriado em 1868)		
Sítio dos Bambús	mapa: A-10 -ruínas do depósito de café forno (13) -ruínas da casa no.2 (58) -ruínas de dois canais e tanque (59) -ruínas da casa no.3 (61)	1850 a 1859	Visconde de Asseca; Luís Pedreira do Couto Ferraz (Barão do Bom Retiro) (1850, desapropriado em 1859)	lado direito do atual Largo do Bom Retiro	
Fazenda da Viscondessa; Sítio da Cachoeira do Andaraí (Borges)	mapa: A-12 -ruínas da casa (16) -ruínas de um portão de pedra (26) -ruínas de uma casa no.1 (31) -ponte de pedra (53) -ruínas da casa dos três patamares (73) -ruínas do tanque de pedra (74) -muralhas laterais da gruta da serpente (75)	1762 a 1875 a 1930	Sesmaria dos Jesuítas (vendidas em leilão em 1762); Violante Luiza da Cunha Vasconcellos (Viscondessa de Alcântara, tia de D.P.I) (1762-1855); Maria Angélica da Silveira Borges (adquirida posterior a 1855, desapropriada em 1869, mas permaneceu até 1871); os imóveis foram alugados a	As terras iam até o final do Vale da Cachoeira, balizada pela Serra do Andaraí, e o Morro Redondo, terminando no final da rua Borda do Mato, no Grajaú.	duas grandes casas em ruínas. Quando adquirida pela Viúva Borges, foram construídos uma nova residência, um moinho, e instalações para uma fábrica de papel.

Sítio	Mapa	Data	Proprietários	Localização	Observação
	-ruínas da casa da encosta (118) -ruínas da senzala (136)		terceiros, permanecendo ocupados, uns até 1897, e a casa dos três patamares até a década de 1930.		
Sítio da Cascatinha	mapa: A-13 -local da casa do sítio do Taunay (17) -marco de pedra trabalhada, do limite das terras de Taunay (41)	1817 a 1868	Visconde de Asseca; Família Taunay (1817, desapropriada em 1868)	área do atual estacionamento da cascatinha	hoje nada mais resta das antigas construções
A Fazenda	mapa: A-14 -casa de Luis Fernandes (18)	1830 a 1867	Visconde de Asseca; cafeicultor não identificado (1840-1867); Luís Fernandes.		Prédio ainda de pé, ainda servindo de moradia. Casa com estilo arquitetônico do século XVIII. Em 1950 foi instalado um horto no fundo do prédio.
Sítio do Açude	mapa: A-15 -restos de uma construção (19) -ruínas do antigo açude e canaletas (63) -ruínas do depósito da chave (64) -ruínas da casa do	1830 até ?	Visconde de Asseca; Maria Thereza da Costa Sampaio (déc.1830, desapropriação parcial em 1870)	próximo ao atual portão do açude.	represa rústica, barracão (depósito de café ou senzala), casa de ferramentas, e residência em ruínas

Sítio	Mapa	Data	Proprietários	Localização	Observação
	tanque (65) -ruínas da casa do sítio do açude (66)				
Sítio da Cocanha	mapa: A-16 -leito emuralhado do caminho rural da cocanha (20) -ruínas de um depósito de café e tanque de pedra (29)	1830 até ?	Visconde de Asseca; Elias José dos santos (década de 1830, desapropriado parcialmente na década de 1870)	toda vertente do Morro Da Cocanha e as terras de sopé ao seu redor. A casa localizava-se em um largo da onde saia uma estrada de 800m de comprimento, culminando na cota de 700m de altitude da vertente noroeste	estruturas e estrada em ruínas.
Sítio do Papagaio	mapa: A-17 -ruínas de um abrigo (30)	1850 a 1853	Visconde de Asseca; Fazenda Imperial (1850)	beira do caminho do Visconde, próximo a bifurcação para a subida para o Morro do Archer.	vestígios de ruínas do abrigo
Sítio dos Esquilos	mapa: A-18 -casa dos Esquilos	1874 até ?	Visconde de Asseca; proprietário não identificado (João Pereira da Silva Borges Fortes, Barão de Inhatium ?) (1840, desapropriação em 1856); Tenente Coronel Luís Gastão de Robert de Escragnolle (data de sua	Atual Restaurante os Esquilos	

Sítio	Mapa	Data	Proprietários	Localização	Observação
			administração)		
Sítio do Almirante	mapa: A-19 -ruínas da casa do Almirante Beurrepaire (38)	1568 a ?	Visconde de Asseca; Almirante Theodoro Alexandre de Beurrepaire (1810-); Thereza Maria da Conceição, e terreno para Francisco Fernandes da Silva	Caminho do Eleutério, Morro do Visconde. Terras que desciam até a Estrada do Açude, e a parte alta onde localizou-se posteriormente a propriedade de Thereza Maria da Conceição	Quando o Almirante faleceu, sua esposa toma a frente da administração do sítio.
Sítio do Francisco	mapa: A-19 -ruínas da casa de Francisco Fernandes (37) -marcos de pedra (39) -ruínas do depósito (62)	1568 a ?	Visconde de Asseca; Almirante Theodoro Alexandre de Beurrepaire (1810-c.1840); Francisco Fernandes da Silva (c.1840)	Caminho do Matheus, Morro do Visconde. Terras que desciam até a Estrada do Açude.	O nome de Francisco Fernandes é muitas vezes confundido, na documentação, com o de um feitor do período do reflorestamento.
Fazenda do Almeida	mapa: A-20 -ruínas da casa (44)	1840 a 1856	Visconde de Asseca; Antonio Joaquim D'Almeida (c.1840 - desapropriado em 1856); funcionários da Floresta (1856 - 1890)	Vale de São Miguel, área depois do Açude da Solidão, limites com o caminho da Cova da Onça e a Serrilha do Cruzeiro, próximo ao leito do Rio Cachoeira, na vertente que desce para o caminho da Cova da Onça.	Casa em ruínas
Sítio da Cova da	mapa: A-21 -ruínas de	1830 a	Visconde de Asseca;	Caminho da Cova da Onça.	Duas casas, outras pequenas

Sítio	Mapa	Data	Proprietários	Localização	Observação
Onça	captação de água (45) -ruínas da casa no.1 (54) -ruínas da casa no.2 (55)	1856	Joana Maria de Oliveira Alves Negreiro (déc. 1830-1856);		edificações, muralhas, pequenas captações de água em ruínas.
A Fazendinha	v. mapa: A-23 -casa (49)	1840 a 1868	Visconde de Asseca; Luís Pedreira do Couto Ferraz (1840 - desapropriada em 1868).	Próxima ao açude da Solidão	o Bom Retiro edificou uma casa, tipo chalé francês, cheia de jardins.
Sítio do Visconde de Itamaraty	v. mapa: A-24 -casa (51) -ruínas da muralha da casa (56)	1568 a ?	Visconde de Asseca; Conde de Scey-Montbéliard (1818-1858); Francisco José da Rocha Filho - Barão de Itamaraty (1858- ?); alugado, funcionando o Hotel White (1903-1916) alugado ao Patronato de Menores e Escola Alfredo Pinto (1936-1945); Obra de Assistência ao Filho de Tuberculoso (1947-1950); ... etc....	Palacete construído por Itamatary localiza-se na Rua da Boa Vista, 118, com um terreno que se estende pelo interior da Floresta da Tijuca.	



Sítio	Mapa	Data	Proprietários	Localização	Observação
Fortim, Alto da Fortaleza	mapa: A-25 -ruínas das muralhas do fortim (52)	1795 a 1930	Ramalho Ortigão; Edificação Pública	Alto da Fortaleza. Ponto de defesa do antigo Caminho do Mateus (atual Estrada Menezes Cortes - Grajaú-Jacarepaguá	O fortim fez parte do sistema defensivo da cidade. Hoje funciona uma bar-restaurante (Cabana da Serra), de propriedade dos descendentes de Ramalho Ortigão
Sítio da Taquara	mapa: A-26 -ruínas da casa (57)	1830 a 1850	Visconde de Asseca; Major da Guarda Nacional Antonio Mello Loureiro (déc. 1830- déc.1850)	Platô do céu. No Caminho do Sertão em sua parte superior, entre o Morro da Cocanha e o Morro dos Castelos da Taquara	construções antigas, terraplenadas, e ruínas do início do século XX.
Cruzeiro das Almas	v. mapa: A-27 -cruzeiro das almas e um altar (60)	1850 a ?	Sítio da Cruz (?); Francisco Fernandes da Silva	No Alto da Fernandes, a 525m de altitude, nas terras de Francisco Fernandes da Silva	no local foram realizadas missas públicas, e era visível para quem estivesse no Alto da Boa Vista (plantações de café). Ainda pode ser encontrado um altar com pés de ferro e tampo de mármore
Sítio das Jaqueiras	mapa: A-28 -ruínas da casa do sítio (68) -ponte e	1840 a 1866 ?	Visconde de Asseca; Maria José da Conceição e Clemente José	entre o Vale do Açude e o Caminho da Cova da Onça	casas e outras instalações para o cultivo do café, sobre um embasamento

Sítio	Mapa	Data	Proprietários	Localização	Observação
	canaleta de pedra (69) -ruínas das caixas e canalização (98) -ruínas do Caminho Rural (99)		Rego (déc. 1840 - desapropriada entre os anos de 1855 e 1866);		emuralhado em ruínas
Sítio das Muralhas	v. mapa: A-30 -ruínas de depósito (70) -tanque do depósito (71) - muralhas do caminho rural (72) -ruínas da casa das muralhas (77) -caminho rural da vertente leste (78) -ruínas da casa do córrego (81)	1840 a 1872	Sesmaria dos Jesuítas; João Ferreira dos Santos (déc.1840); João José de Souza (déc. 1860 - desapropriado em 1872)	Pico Andaraí Maior e várzea do Vale do Excelsior	duas casas e um depósito em ruínas
Sítio do Cupertino	V. mapa: A-33 - ruína da casa (83)	1830 a 1860 (?)	Visconde de Asseca; José Cupertino Ferreira (déc 1830, desapropriação na déc de 1860 -?)	Área do lado direito da Estrada do Excelsior. É um espaço aberto na encosta direita (lado da Pedra do Conde)	Em 1948, sobre as ruínas da casa foi construída a fonte do Raul (Sir. Raul Alexander Visconde de Tunis, herói inglês da 2a. GM)
Sítio do Sertão	V. mapa: A-34 - ruína de uma	1830 a	Visconde de Asseca;	caminho do sertão	casa e outras instalações em

Sítio	Mapa	Data	Proprietários	Localização	Observação
	casa no caminho do sertão (84)	1866	Bartholomeu José Campos (déc. de 1830, desapropriação entre 1855 a 1866 - ?)		ruínas. No local foi edificada uma casa na década de 1840.
Sítio não identificado	v. mapa: A-35 -ruína de uma represa tanque (85)	1762 a ?	Sesmaria dos Jesuítas; vendidas no leilão de 1762 p. proprietários desconhecidos, desapropriação entre 1868 e 1878.	Vertente Norte do Pico Andaraí Maior, caminho de meia encosta (440m. de altitude.)	marcos lindeiros de pedra e pequena represa para captação de água.
Fazenda do Quitite	v. mapa: A-42 -ruína do caminho rural (115)	1568 a ?	Visconde de Asseca; Dr. Manoel Leitão (1753-1853); Marcos Antonio Dellesderrier (1853-1868); Maria Thomasia (1868-1875); João Goulart (1963); confiscada pelo Governo (64) e depois volta ao domínio privado.	Vertente de Jacarepaguá. Limites: encostas mais altas do Pico do Papagaio, onde se localizam as muretas e pisos do caminho de Visconde de Asseca.	Manoel Leitão - engenho de cana (nome: Quitite). Marcos Antonio é comerciante. Foto da fazenda com plantação de café e escravos em 1875.
Sítio do Dr. Godinho	v. mapa: A-44 - muralhas do caminho do morro das pedras (119)	1840 a 1870	Visconde de Asseca; Dr. Lourenço José Godinho (1840, desapropriação parcial na dec. 1870)	Morro das Pedras. Final do caminho de Humaitá com o caminho do sertão.	Godinho era médico e construiu uma casa e diversas instalações para o cultivo do café

Sítio	Mapa	Data	Proprietários	Localização	Observação
Gruta da Cova da Onça	v. mapa:A-45 - nicho, esconderijo de peças (120)	1830 a 1856	Desapropriação do sítio Cova da Onça em 1856.	Caminho da cova da Onça.	Cavidade subterrânea, onde foram escondidas peças roubadas de uma fazenda.
Represa dos Ciganos	-caixa de 4,70m de profundidade, por 8m de largura, e 10m de comprimento -barragem de 3m de largura por onde sai a água que sobra, que é represada mais abaixo na represa olho d'água			encontra-se a 8km do Largo da Freguesia, a 180m de altitude, onde o rio dos ciganos está represado.	A denominação de ciganos foi dada em função de um aldeamento de nômades que ali existiu
			Willian Gilbert Ginty	atual propriedade de Luigi Quattroni, na Estrada do Açude no.671	referência tirada de Ferrez, 1992.

### 3. Definição das principais áreas de ocupação

#### **Serra da Carioca**

**Área 1:** lado Norte, área próxima aos bairros residenciais Botafogo, Rio Comprido, ... Compreende Morro do Inglês (fora dos limites do PNT), Morro D. Marta, o Silvestre, Alto da Coroa, Serra da Formiga, Morro do Sumaré, Floresta dos Trapicheiros, Floresta das Paineiras, e o Corcovado.

Proprietários identificados: Sesmaria dos Jesuítas: Barão de Itacuruça, Comendador Sebastião Costa Aguiar, Hogendorp, Chamberlain, William Young, Francisco do Vale Guimarães, João Luís da Cunha, Marcelina Roza, Luís Moutinho de Lima Alvares de Souza, Silvestre Pires Chaves, José Machado dos Santos.

Observações: Região de maior proximidade dos bairros residenciais da classe abastada da cidade. Presença de chácaras, com cultivo do café. Os ocupantes dos quais obtivemos maiores informações foram estrangeiros (dois ingleses e um holandês). Estes, mas principalmente o último, tiveram suas residências visitadas por vários viajantes.

**Área 2:** a princípio incorporando toda a área central da Serra da Carioca, que se encontram fora das áreas 1, 3, e 4.

Proprietários identificados: Sesmaria de Diogo de Amorim Soares: Rodrigo de Freitas Melo e Castro, Castorinha de Oliveira e Castro, Amélia N. de Lucchtemberg (esposa de D. Pedro I), Jardim Botânico, Fábrica de Pólvora, Fabrica de Tecidos

Observações: Área ocupada pelo atual PNT sem muitas evidências de ocupação. Não obtivemos informações mais detalhadas sobre nenhuma das possíveis ocupações, apenas das áreas fora dos limites do PNT (Jardim Botânico, Lagoa).

**Área 3:** Vale da Moganga até o Morro da Boa Vista, abrange todo o Alto da Boa Vista.

Proprietários identificados: Scey-Montbeliart, Rita Villela, Francisco de Siqueira Dias (Francisco da Silveira Dias?), Ana Pacheco de Souza, Sítio do Soberbo.

Observações: Sem maiores informações sobre os ocupantes dessa área. É possível que tenha havido muitas residências (sem cultivo do café). Verificar a presença de um ponto comercial.

#### **Área 4:** Vale e Floresta da Gávea Pequena

Proprietários identificados: Sesmaria dos Jesuítas: Ferreira Viana

: Sesmaria de Manuel de Brito: Sesmaria de Diogo de Amorim Soares:  
Lecesne, Henry Greenwood, Cochrane, Moke.

Hotel Bennett, Francisco Antônio Pires Brandão, José Pedro Dias de Carvalho

VER:

Alexandre Tylor (início da Estrada do Redentor)

Observações: Área de concentração das propriedades de grande porte com cultivos mais extensos, sendo bastante representativa a presença dos estrangeiros após a chegada da família real. A área foi visitada por vários viajantes.

**Área 5:** Arredores da Gávea Pequena, compreendendo a Floresta dos Macacos, Vale da Vista Chinesa, a Vila Laboriaux (?), e Jardim Gávea.

Proprietários identificados: Sesmaria de Manuel de Brito: Sesmaria de Diogo de Amorim Soares:  
Padre Domingos da Silva Porto, Marquês de São Vicente, Grandjean de Montigny, Guinle

Observações: Área com grandes propriedades, mas não, necessariamente, cultivando o café.

### **Serra da Gávea**

**Área 5:** Serra da Gávea e arredores, incluindo o Morro do Focinho do Cavalo

Proprietários identificados: Antiga sesmaria dos Asseca: Aldo Bonardi, Manoel Caldeira, Visconde de Jequitinhonha, Manoel de Serpa Pinto.

: Antiga sesmaria de Manoel de Brito: Visconde de Jequitinhonha, D. Maria,  
Senador José Pedro Dias Carvalho, Conselheiro Antonio Ferreira Viana, José Pires Brandão.

Antonio de Mello Loureiro (ou Gávea Pequena ?), Fazenda da Cascata Grande

Observações: Sem maiores informações sobre os ocupantes desta área 5.

## **Serra da Tijuca**

**Área 6:** Pedra do Conde, parte dos Rios Cupertino, Caveira, das Almas, do Archer, Humaitá, Cova da Onça, até o Morro da Ração, seguindo em direção a Estrada do Açude, subindo até o Morro do Areão.

Proprietários identificados: Sesmaria dos Asseca: Dr. Lourenço José Godinho, Thereza Maria da Conceição, Conde de Scey-Montbéliard, Joana Maria de Oliveira Alves Negreiro, Luís Pedreira do Couto Ferraz, Almirante Theodoro Alexandre de Beurrepaire, Antonio Joaquim d'Almeida, Coronel Luís Gastão de Robert de Escragnolle, Família Taunay, Luís Fernandes, Gestas e Roquefeuil, Visconde Souto, Mayrink, Midosi, José Francisco Mesquita (Visconde de Bonfim), , Maria José da Conceição e Clemente José Rego, José Cupertino Ferreira, Francisco Fernandes da Silva, Francisco José da Rocha Filho (Barão de Itamaraty), João Pereira da Silva Borges Fortes, Maria Thereza da Costa Sampaio, Willian Gilbert Ginty, José Nunes Teixeira, Carneiro de Souza Lima, José Lopes da Fonseca, Francisco Pedro, Francisco Antonio Gomes

Observações: Área bastante ocupada na primeira metade do século XIX. Nota-se a presença de muitos estrangeiros, que tiveram suas propriedades visitadas por vários viajantes. Era também grande o número de proprietários de pequenas chácaras e sítios portugueses e brasileiros. Algumas das propriedades são associadas a nomes femininos, entre eles alguns são por vezes referidos informalmente, como é o caso de Thereza Maria da Conceição.

**Área 7:** Morro do Anhanguera, Pico do Andaraí Maior, até o Pico da Tijuca, se estendendo pelo Vale do elefante , Pico do Perdido, Morro do Felizardo, abrangendo a área da Floresta do Andaraí, e, fora dos Limites do PNT, a Reserva Florestal do Grajaú.

Proprietários identificados: Sesmaria dos Jesuítas: Violante Luiza da Cunha Vasconcellos (Viscondessa de Alcântara), Maria Angélica da Silveira Borges (D. Felizardina?), Felizardo José Tavares, João Ferreira dos Santos (ou de Souza?), João José Souza, Família Rudge, Maria Luiza Roza de Assumpção e Manuel Bernardo Miguel;  
Sesmaria dos Asseca: João Ferreira dos Santos

José Antonio de Araújo, Antonio de Alves Brito, Miguel de Araújo Freitas, Dr. José da Costa Maya, Manuel de Araújo Lima, Manuel dos Santos Pinto, Belchior da Fonseca, Paulo Ferreira, Roza Antunes Câmara, Antonio José da Costa, Paulo Pereira, Antonio da Costa Ribeiro, Feliziana Paes, Antonia Borges do Espírito Santo.

Entre o Morro do Elefante e o Pico da Tijuca: Marie Devel, Mathilde Barros, José Antonio Barros, José de Avilla (ou Faria)

Observações: Área com grande número de ocupantes, no entanto, dispomos de poucas informações sobre suas propriedades, é possível que algumas tenham cultivado o café de forma mais extensa. Nota-se a baixíssima presença de estrangeiros, tendo sido identificados apenas uma francesa e uma família de descendência inglesa. A presença de mulheres proprietárias nesta área é bastante notória e estas são sempre mencionadas formalmente com seus respectivos sobrenomes.

**Área 8:** Vale de Santa Inês. Parte Superior a Serra dos Três Rios, da nascente do Rio dos Ciganos, e parte do Rio das Pacas, Alto dos Ciganos, Pico Magalhães Castro, Morro do Thedim, até os limites com a Floresta dos Pretos Forros, Pico do Ramalho, e Morro do Elefante.

Proprietários identificados: Sesmaria dos Asseca: José Maria Correia de Sá, Ramalho Ortigão, João Thedim Sequeira, Elias José dos Santos, João Antonio Alves Britto, Alberto Barros, Dr. Cordovil de Syqueira e Mello

Observações: Não dispomos de maiores informações sobre as propriedades desta área, que parece não ter sido intensamente ocupada.

**Área 9:** Área do Caminho do Sertão: Morro da Cocanha, Bico do Papagaio, serrilha, até o Pico Taunay.

Proprietários identificados: Sesmaria dos Asseca: Dr. Manoel Leitão, Marcos (ou Mario?) Antonio Dellesderrier, Maria Thomasia, Bartholomeu José Campos, Major Antonio Mello Loureiro, Elias José dos Santos

Irineu Evangelista de Souza (Barão de Mauá), Viúva Sobral, Maria José da Conceição e Clemente José do Rego, Antonio Alves de Oliveira, Albano J. do Espírito Santo.



Observações: Parece caracterizar-se como área de acesso ao 'sertão'. Não obtivemos maiores informações sobre as propriedades no local, sendo identificadas três proprietárias mulheres (sendo uma delas mencionada informalmente), e apenas um proprietário estrangeiro.

## 4. Considerações Finais

Sem dúvida alguma a vinda de D. João VI para o Rio de Janeiro em 1808 foi um ponto de partida para uma série de transformações que vieram a ocorrer, não só na província, mas em todo o Brasil. Uma das medidas adotadas a partir de então foi, por exemplo, a lei de 25 de novembro de 1808, que autorizava a concessão de sesmarias a estrangeiros (Taunay, 1945: 185-186). O incentivo à entrada de estrangeiros pode ser encontrado em muitas atitudes tomadas pelo governo ao longo de todo o século.

É muito comum encontrar referências sobre os ocupantes franceses ou ingleses nas Serras da Tijuca, Carioca, e Gávea. De fato, a literatura da época oferece descrições riquíssimas destes proprietários e suas residências, assim como de europeus de outras descendências, no entanto, é importante lembrar que muitos dos sítios da região eram portugueses ou brasileiros. Não tivemos condições de estabelecer um quadro estatístico dessas descendências uma vez que dispomos de pouco tempo para a elaboração deste trabalho, e por serem tão numerosos os donos de terrenos na região. Será um ponto fundamental a ser desenvolvido, associando ainda aos tipos de residência constituídas (alguns tinham apenas o terreno), modos de vida, e a relação com seus escravos, que, afinal, numericamente foram a maioria ocupante da área, fosse como mão de obra nas fazendas e chácaras, fosse nos quilombos da região. Para isso deverá ser feito um exaustivo levantamento em arquivo.

O levantamento de fontes históricas sobre D.V.Hogendorp oferece um bom exemplo da riqueza dos registros disponíveis sobre os ocupantes estrangeiros; a documentação informa desde detalhes da parte interna de sua moradia, até aspectos psicológicos do próprio morador, que residiu na Serra da Carioca apenas por cinco anos. Como contra-exemplo, tomemos o caso da D. Felizardina Tavares, suposta proprietária de muitos escravos e de uma grande fazenda na Serra da Tijuca, sobre a qual Bandeira obteve informações importantes a partir de conversas com antigos moradores da vizinhança, e, no entanto, sua propriedade não era visitada pelos naturalistas, assim como a de outros portugueses ilustres.

Sendo assim, resta ressaltar dois pontos. O primeiro no que diz respeito a idéia de uma maioria 'inglesa' entre os proprietários que ocuparam a área do PNT no século XIX. Isto é, por interesses específicos da época, no que diz respeito à literatura oitocentista, e pela particular curiosidade de seus descendentes hoje, dispomos de uma rica documentação ao seu respeito, não obstante houvesse um número de portugueses (a nossa tão renegada descendência) bastante relevante. O segundo ponto é uma forma de preencher esta lacuna, ou seja, buscar fontes alternativas, como a história oral, juntamente com um levantamento massivo da documentação burocrática da época.

A preocupação com essa descendência, ou, em outras palavras, com a diversidade étnica dos ocupantes da nossa área de estudo parece um ponto importante a ser considerado. Buscamos

fazer um primeiro levantamento de informações sobre os donos de terras, fazendas ou chácaras, e de escravos. No entanto, sobre essa outra descendência, a africana, ficou evidente uma grande escassez de fontes, um problema que não se restringe, é claro, ao caso do PNT, e que o registro arqueológico poderá vir a dar grande contribuição.

#### Caráter semi-rural da ocupação no contexto da cidade

A ocupação da área do atual PNT durante o final do século XVIII e até cerca da metade do XIX pode ser entendida dentro de um universo semi-rural, onde a relação com o centro urbano se dá de forma mais direta do que o meio rural propriamente dito; em função da proximidade, infraestrutura de acesso, um mercado sem intermediários e produção diferenciada.

O ambiente semi-rural apresenta características que o diferencia até mesmo dos bairros residenciais mais afastados do centro administrativo. Embora localizados no perímetro urbano, tais áreas residenciais estão afastadas do centro da cidade, onde se encontra uma maior concentração demográfica, grande variedade de atividades e intensa circulação de mercadorias, ideias e pessoas.

Sendo assim, a região não pode ser considerada como urbana, estando fora de sua dinâmica cotidiana direta. Outros fatores nos levam também a diferenciá-la de um ambiente rural estrito senso. Apesar de termos encontrado referências a algumas fazendas, isto é, uma unidade de configuração e produção tipicamente rural, a presença de numerosas chácaras ou sítios, que tinham como função servir de casa de campo, para temporadas, implica numa relação estreita com a cidade.

A floresta não apenas influenciava as condições de salubridade do Rio de Janeiro, era ela mesma um refúgio para escapar às doenças e ao calor. O que se explicava também pela abertura de caminhos para a Tijuca, até então de difícil acesso: “Uma das obras de que maior vantagem resultará aos habitantes da cidade do Rio de Janeiro e seus arrabaldes, é seguramente a construção de uma estrada de rodagem para os amenos e salubres sítios da Tijuca. Para imensas moléstias, o restabelecimento da saúde deteriorados, a mudança para localidades, onde os ares são puros, é o mais eficaz remédio: e a Tijuca pode ser considerada como o grande hospital de convalescença da capital do Império. Impossível, porém, se torna aos doentes transportarem-se para ali, enquanto as carruagens não puderem chegar ao alto da serra da Boa Vista (*Relatório do ministério da Agricultura, comércio e obras públicas. RJ: Typographia universal de Laemmert, 1862, p.43*) (Heynemann, 1995: 144-147).

Entretanto, as Serras da Tijuca tiveram também outro uso: o recreativo, de lazer e descanso. Heynemann (1995: 148) define: “a possibilidade de usufruir ‘prazeres campestres’ por algumas horas recorta na vida da cidade a necessidade do lazer intimamente relacionada à natureza. Tal como a ideia de férias, instala-se progressivamente a concepção de uma prática que rompe com as características inerentes ao espaço urbano e que, no entanto, existe fundamentalmente a partir

deste, pois numa sociedade rural, o tempo livre existe dentro das demais atividades. Apesar do contraponto entre a cidade e o lazer nos jardins (...)” (ibid., p.151).

As encostas dos maciços da Carioca, Gávea, e Tijuca estavam nos limites da cidade, eram os arredores, e não, como se referiram alguns autores, um ambiente rural. O relato dos viajantes descreve sempre a área da Floresta da Tijuca e suas redondezas nas cercanias do Rio, a poucas horas de caminhada, onde muitos iam passar o dia. Em 1823, Spix e Martius (1938: 137) estimam uma distância de uma milha entre a cidade e a Tijuca, passando pela quinta de São Cristóvão. Muitas são as descrições desse acesso às Serras da Tijuca; segundo Spix e Martius (1938: 138), “Até a montanha era plana a região (...), a oeste da estrada, um novo aqueduto trazia água potável para a cidade. Cidadãos e gente da roça a pé e a cavalo e, de fato, não raro duas pessoas montadas no mesmo animal, davam animação a estrada, que para as carruagens das pessoas de alta categoria da cidade, era só carroçável até São Cristóvão [em 1823] (...)”.

Em documentação pesquisada no Arquivo Nacional e no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em meados da década de 1850 já se falava em estradas que levavam à Serra da Tijuca, apesar das constantes reclamações por seu mal estado de conservação. Além das estradas vale lembrar a construção de carris de Ferro (em 1856), com carros de tração animal, desde a área central do Rio até o Alto da Boa Vista. Mais tarde é dada uma autorização para outro tipo de tração; à vapor ou outro que o igualasse ou excedesse. Em 1859 ocorre “(...) a primeira experiência da velocidade e segurança dos novos veículos - maxambombas - que percorrem os carris de ferro da cidade até o Andaraí” (Azevedo,1965).

A área abordada neste estudo é relativamente grande, e, é claro, com uma configuração nem sempre homogênea. Nesse sentido foram estabelecidas diferentes áreas de ocupação, caracterizadas em função da sua proximidade do centro da cidade e dos bairros residenciais, ou do sertão (associado ao bairro de Jacarepaguá), esse sim tipicamente rural. O tipo e a densidade da ocupação estabelecida serviram também de elementos diagnósticos das referidas regiões. A área atual do PNT é muito extensa, e a localização da casa de Hogendorp, hoje no Cosme Velho, ou dos Taunay, na entrada da Floresta da Tijuca (relativamente próxima de São Cristóvão), certamente diferia sua relação com a cidade da Fazenda da Taquara no limite da Floresta com Jacarepaguá, como bem ilustra José de Alencar em *Sonhos d’Ouro* ao retratar a cascatinha da Tijuca não como: “(...) uma filha do deserto; está a duas horas da Corte, recebe freqüentemente diplomatas, estrangeiros ilustres e a melhor sociedade do Rio de Janeiro”.

É importante ressaltar que esse período acompanha o processo de expansão da cidade, isto é, em finais do século XVIII estaria mais distante/isolada do que em meados do XIX. No entanto, durante toda essa faixa de tempo nunca chegou a ser entendida como o sertão, como Jacarepaguá por exemplo.

### O café no PNT

O café na Floresta da Tijuca não teve representatividade nas balanças comerciais, sem vulto na exportação em larga escala. A maior parte das propriedades cultivavam apenas em pequena escala, salvo algumas exceções, que, segundo a documentação, deram uma rica contribuição ao desenvolvimento do cultivo no Rio de Janeiro, tanto em termos quantitativos, isto é, com plantações de porte mais expressivo, quanto, e, principalmente, pela introdução de técnicas, e da própria experiência com o cultivo em outras regiões como é o caso dos Lecesne, Moke e Gestas, ou ruínas de propriedades como a Vila Rica e a casa dos Três Patameres, que devem ter sua posse verificada, mas pela descrição de estruturas e dimensões parecem compor um complexo 'agrícola' de expressão.

### Questões de Gênero

Um último aspecto observado ao longo deste trabalho foram as constantes referências à mulheres na identificação das propriedades. Muitas delas são referidas informalmente como Dona Thereza, Dona Mathildes, Dona Felizardina. Outras aparecem com seus devidos sobrenomes e títulos, como a Baronesa de Beurrepaire-Rouhan, Madame de Roquefeuil, e até mesmo Sra. Moke. Os nomes de mulheres apareceram em diferentes tipos de fontes consultadas, isto é, no relato dos viajantes, na iconografia, mapas, na documentação secundária, e nas referidas conversas de Bandeira com moradores locais. Ferrez apresentando o diário de Mary Lecesne coloca a relação campo-cidade / homem-mulher, e, em alguns casos aparece a ideia de isolamento, a noção de local de descanso ou "férias". É possível que as mulheres ficassem mais tempo nas chácaras, enquanto os maridos não podiam se afastar das responsabilidades na cidade. Possivelmente locais também onde habitavam as crianças e os mais velhos das famílias.

### Importância Histórica e Cultural do PNT

É notória a falta de conhecimento da população brasileira de sua trajetória histórica. Nos deparamos com o descaso dos governantes não só com relação às instituições de ensino, mas com a preservação da memória a partir do patrimônio histórico e arqueológico. O Parque Nacional da Tijuca foi considerado em 1992 Patrimônio da Humanidade pela UNESCO e, no entanto, se encontra atualmente em um estado de abandono que preocupa não só pesquisadores que trabalham na recuperação do passado, mas daqueles responsáveis pelos elementos de flora e fauna que compõe as florestas e matas do Parque.

A Floresta da Tijuca em um ambiente perigoso, e como agravante a ocupação de traficantes e membros do comando vermelho na mata, chegando a ocuparem ruínas históricas, como é o caso

da Ruína de Vila Rica. Além disso, a Floresta se tornou local de desova de cadáveres, de carros que foram roubados e posteriormente abandonados, ou seja, de toda a forma de lixo urbano.

Não só o estudo desta área se faz importante, mas também a conservação dos monumentos (casas de fazendas, de sítios, depósitos, senzalas, entre outras estruturas) que no século passado foram edificadas para moradia de nobres estrangeiros ou brasileiros.

Considerando o poder de atração turística que possui a Floresta da Tijuca, ela é um ótimo palco para o início de um programa de conscientização da História e da Arqueologia do Rio de Janeiro, iniciando este programa com comunidades locais das proximidades da Floresta, o que é bom p/ comunidades locais. Afinal, para quem fazemos arqueologia?

## 5. Referências Bibliográficas

### Documentação Primária

AN - Fundo/coleção: Inventários - Notação: n.480, cx. 1414 - Galeria A - Código de Fundo: 3J -  
Seção de Guarda: SDJ  
Capa: No. 7808 - Rio de Janeiro - 1858  
Rio de Janeiro, 1855  
Falecido: José Midosi  
Inventariante: Guilherme Midosi

Fundo (coleção): Recebedoria do Rio de Janeiro, verba testamentária  
Notação: n. 192 / Lv. 7 / f. 223 / galeria B  
Código do Fundo: 8 0 (o zero é cortado)  
Seção: SDJ  
Testamento de Guilherme Midosi

### Manuscritas

#### Arquivo Nacional

Inventários: Inventário no. 7808 de José Midosi. 1855

Verba testamentária: Testamento no. 126 de Manoel de Souza Gestas. 1867  
Testamento no. 192 de Guilherme Midosi. 1867

#### IHGB

Lata 155 doc.14 - Escritura de aforamento em perpétuo factuirim que faz o exmo. Visconde d'Asseca por seu procurador bastante a G.M. Escritura de remissão de foros que faz a exma. Viscondessa d'Asseca e seus filhos, a Antonio Xavier de Negreiros. 05/1848.

Herdeiros do Exmo. Visconde de Asseca fazem escritura de remissão de foros de um terrenona Tijuca a Antonio Xavier de Negreiros, em seis de maio de 1848.

1848: escritura de remissão de foros que faz a exma. Viscondessa de Asseca e seus filhos a Antonio de Xavier Negreiros. RJ, 6/5/1848

Lata 163, pasta 20 - Aviso no. 33, do ministro do Império, coselheiro Luís Pedreira do Couto Ferraz ao ministro de estrangeiros, conselheiro José Maria da Silva Paranhos, sobre direitos dos estrangeiros no Brasil. 1855

Lata 213, documento 70 - Carta de Luiz Pedreira do Couto Ferraz ao Marques de Olinda pedindo brevidade no parecer sobre os estatutos da companhia de carris de ferro da Tijuca. (é só o pedido, nada de mais). RJ, 30/5/1856

Lata 213, documento 78 - Carta de Luiz Pedreira do Couto Ferraz ao Marques de Olinda sobre a concessão de um auxílio pedido pela câmara municipal para reparos da Estrada da Tijuca; informando sobre as habitações do Dr. Gonçalves de Araújo Leitão. e prometendo para breve o regulamento de transporte de colonos. Tijuca, 1858.

Lata 213, documento 79 - Carta de Luiz Pedreira do Couto Ferraz ao Marques de Olinda remetendo os nomes dos membros da comissão que com ele trabalhou na organização rápida e eficaz, de uma companhia que se opuzesse à do Engenheiro Inglês Price, para os trabalhos da Estrada de Ferro

D.P.II, pedindo aproveitar a oportunidade do momento para que sejam agraciados. Bom Retiro, 29/03/1858

Lata 217, doc. 72 - Parecer da seção do Império do Conselho de estado sobre uma representação da diretoria da Estrada de Ferro de D.P.II contra a concessão a ser feita ao Dr. Thomas Cockrane para a construção de um caminho com carris de ferro, do Largo do Rocio ao Alto da Boa Vista. Posterior a 1855.

Lata 353 pasta 51 - Um holandês General de Napoleão Conde Dirk Van Hogendorp. O primeiro lavrador ilustre de café no Brasil. Por Yves G. Alves. Rio de Janeiro, 1965.

Lata 355 pasta 29 - carta do Visconde do Bom Retiro ao conde de Mesquita, enviando rascunho da carta que este último deve enviar a Alfredo D'Escragnolle Taunay, sobre o estabelecimento de colonos em fazendas de na sua propriedade. 1885.

Lata 483 pasta 40 - Notas sobre a introdução do café nos estados do RJ, MG, SP. Autor não identificado. s.d.

Lata 560 pasta 21 - Coleção Instituto Histórico. Ligeiros traços biográficos de brasileiros nascidos no estrangeiro e de estrangeiros que serviram ao Brasil. s.a. s.d.

Lata 564, pasta 11- Cópia da carta do General Hogendorp comentando ter-se estabelecido no RJ fabricando e vendendo carvão e ter o Rei lhe concedido asilo.

Lata 742 pasta 64 - Bilhete de D.P. II a Luís Pedreira do Couto Ferraz, Visconde do Bom Retiro, sobre relatório e recomendando algumas providências. 1870.

Lata 769 Pasta 38 - Documentos referentes a pesquisa que habilitaram o Coronel Bernardi H. Walter e oito de seus descendentes a receberem a medalha comemorativa do quarto centenário da fundação da cidade do RJ: cartas, certidões, traduções, dados genealógicos, accounts, e etc. e mais 20 documentos. Cambena, Bentley Melbourne, Rio, 1966 / 69.

## Impressas

Catálogo de documentos da casa do Asseca

*Correio Português*. O centenário do nascimento do Conselheiro Francisco de Paula Mayrink. Rio de Janeiro, 8/12/1939

DÓRIA, Escragnolle. O Visconde de Jequitinhonha. *Revista da Semana* - vol. II (1930-1934). p.65.

\_\_\_\_\_. Visita a Tijuca. *Revista da Semana* - vol. III (1931/1935). p.217.

\_\_\_\_\_. O solitário da Tijuca. *Revista da Semana* vol. IV (1936/1940). p. 405

\_\_\_\_\_. Centenário Mayrink. *Revista da Semana* vol. IV (1936/1940). p. 465.

*Folha de Minas*. O conselheiro Mayrink. Belo Horizonte, 29/8/1943

GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil, e de uma estada neste pais durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823*. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1956.

HOGENDORP, M. *Mémoires du Général Dirk Van Hogendorp, Comte de Lémpire*. La Haye: Martinus Nijhoff, 1887.



*Jornal do comércio*. Conselheiro Francisco de Paula mayrink: o centenário de seu nascimento, sua vida e sua obra. Rio de Janeiro, 8/12/1939

LEITHOLD, Theodor von e RANGO, L. von. *O Rio de Janeiro visto por dois prussianos em 1819*. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1966.

MAXIMILIANO. *Viagem do Príncipe Maximiliano ao Brasil*. Tradução Ruck Pereira. (obra não publicada).

RUGENDAS, J.M. *Viagem pitoresca através do Brasil*. São Paulo. Livraria Martins. Coleção Biblioteca histórica brasileira. 3a. ed. 1941.

SPIX, J.B. von & MARTIUS, C.F.P. von. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1938.

## Mapas

Arquivo Nacional

- Mapa - MVOP-E - 86/(4y) Mapa de Senhor Souto na Serra da Tijuca, 1855.

-PD -356/(F2) - Planta dos terrenos pertencentes a vários proprietários entre o Pico do Papagaio e a Pedras Bonita. (s/d)

## Relatórios de Pesquisa

Relatórios de pesquisas realizadas por Manes Bandeira no Parque Nacional da Tijuca: IPHAN - Projetos e Relatórios: caixa 31 - Parque Nacional da Tijuca.

## Documentação Secundária

ALENCAR. José de *Sonhos D'ouro*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Ed., 1957.

ALVES, Yves G. *Um holandês General de Napoleão Conde Dirk Van Hogendorp. O primeiro lavrador ilustre de café no Brasil*. Rio de Janeiro, 1965.

ARQUIVO NACIONAL, *Floresta da Tijuca: inventário dos documentos doados pelo Monsteiro de São Bento*. Rio de Janeiro: O Arquivo, 1991.

ATALA, Fuad; BANDEIRA C. M., et al.. *Floresta da Tijuca*. Rio de Janeiro: Centro De Conservação Da Natureza, Departamento de recursos naturais da Secretaria de economia do Estado da Guanabara, 1966.

AZEVEDO, Aroldo de. *Cochranes do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. Brasileira 1965.

L'AMBASSADE de France a Rio de Janeiro. *Hommage a Guanadara la Superbe*. Rio de Janeiro, 1937.

- BANDEIRA, Carlos Manes *Parque nacional da tijuca*. São Paulo: Makron Books, 1993.
- CASTELNAU, Francis *Expedição às regiões centrais da América do Sul*. Coleção Brasileira, vol. 266. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1949
- FERREIRA, Roquinaldo Amaral. O Relatório Alcoforado. Estudos Afro-Asiáticos. no.28, 1995.
- FERREZ, Gilberto. *Pioneiros da Cultura do Café na Era da Independência: a conografia primitiva do café*. Rio de Janeiro: IHGB, 1972.
- FILHO, Adolfo Morales de los Rios. *O Rio de Janeiro Imperial*. Editora A Noite. s.d. (Tem um carimbo do IHGB com data de 1947, e uma dedicatória do autor para o IHGB: este pode ser o ano da publicação.)
- HEYNEMANN, Claudia. *Floresta da Tijuca: natureza e civilização no Rio de Janeiro - século XIX*. Coleção Biblioteca carioca. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995.
- LEMONS, Maria de Lourdes et alii. Uma contribuição ao manejo do Parque Nacional da Tijuca (PNT) a partir da arqueologia histórica - o sítio da Vila Rica. *Anais do IV Simpósio Internacional sobre Ecossistemas Florestais*. Belo Horizonte, 1996.
- PEREZ, R.AR.; FRANCISCO, B.H.R. *Contribuição ao conhecimento da Geologia e Arqueologia da área do Parque Nacional da Tijuca (Projeto Tijuca)*. Rio de Janeiro, Projeto de pesquisa, mimeografado.
- SANTOS, Noronha. *As Freguesias do Rio Antigo*. Rio de Janeiro: Edição Cruzeiro, 1965.
- SMITH, Herbert H. (1851-1919) *Uma Fazenda de Café no Tempo do Império*. Rio de Janeiro: Edição do Departamento Nacional do Café, 1941.
- TAUNAY, Affonso de E. *Pequena História do Café*. Rio de Janeiro: Edição do Departamento Nacional do Café, 1945.
- TAUNAY, Alfredo de Escagnolle (1843-1899). *Memórias do Visconde do Taunay*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1948.
- VEIGA Cabral, Mário da *Corografia do distrito federal*. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1949.

## 6. Referências a serem consultadas

### Documentação Primária

#### Manuscritos

Arquivo Nacional

Inventário - Cx. 298, no. 686 de Maria Angélica Monteiro Lescesne. 1880

cx. 465, no. 1761 de F. Carlos Alexandre Mocke. 1883

cx. 166, no. 1977 de José Maria Corrêa de Sá,

Testamento - no. 191 de Jacques Abraahon Lescesne. 1889

no. 13 de F. Carlos Alexandre Mocke. 1882

Varas Cíveis - Maço 581, no. 4429 - Manoel Gomes Archer (réu), Félix Emílio Taunay (autor). 1859

Catálogo sobre o replantio - Floresta da Tijuca 1862-1888. : TA 001 - ofício Francisco José Freitas a M.G. Archer ordenando desocupação de casa, ocupada por uma família sem prévia autorização, 1862.

TA.006 - ofício Francisco José Freitas a M.G. Archer ordenando que a família que ocupava a casa próxima ao barracão passasse a morar na sala e em um dos quartos ocupada pelo guarda Melo, 1863.

TA. 010 - ofício Francisco José Freitas a M.G. Archer ordenando que um guarda passasse a residir no prédio nacional denominado “do Fortes” em companhia do guarda Sigismundo, 1864

TA. 025- providências para desocupação de casa vendida ao Estado pelo Coronel Felizardo José Tavares, 1869.

TA.048 - ofício no. 89 - conservação dos prédios nacionais, também no que residia o administrador, 1871.

TA. 054 - ofício no. 110 - lista dos prédios e dos terrenos existentes, 1871.

TA. 058- carta de Antônio Augusto Monteiro de Barros a Manoel Gomes Archer ordenando que fosse colocada à disposição do conselheiro João Alfredo Correa de Oliveira o prédio Nacional da Floresta da Tijuca, pertencente anteriormente a D. Thereza, o qual havia sido reparado em fins de 1869. 1871.

TA 059 - carta de Antônio Augusto Monteiro de Barros a Manoel Gomes Archer ordenando que fosse instalado, com urgência, condutor de água para o prédio anteriormente pertencente a D. Thereza.

TA. 066- ofício no. 60 - relação dos prédios nacionais localizados na Floresta e em suas imediações, 1872.

MUSEU IMPERIAL *Saparatos e documentos do Marjor Manoel Gomes Archer*. Petrópolis.

#### Impressos

CHAMBERLAIN - *Views from RJ* - lavouras de europeus, geralmente franceses

EBEL, Ernest *RJ und umgebungen in Jahre 1824 in briefen eixes Rigaer's*. São Petesburgo, 1828. (p. 105)

Esforço biográfico de D.P.I - in Anais da Biblioteca Nacional, vol. LX, pág 61, 157/160

EWBANK, T. *A vida no Brasil ou diário de uma visita ao país do cacau e das palmeiras*. Rio de Janeiro: Conquista, 1973.

GARDNER, George. *Travels in the interior of Brasil ...* Londres, 1846 p.30/33 - Lescesne e Mook

GOLOVRIN, Vassile Michailovitch - in Revista de História - SP - ano II, no. 6, 1951, p.406

HADFIELD, William, 1870

HENDERSON, James *A history of the Brazil*. Londres, 1821. (p. 88 - Lecesne)

SCULLY, William

TAUNAY, H. e Denis, F. *Le Brésil au Histoire, moeurs, usages et costumes des habitants de ce royaume*. Paris, 1822 - atividade agrícola dos cafezais da Tijuca

SAE - FBNC (Setor de arqueologia e espeleologia - Fundação Brasileira para a conservação da Natureza): mapoteca com mapas, plantas, e croquis, compõe o acervo precioso dessa documentação. Além de mapas históricos do RJ e terras que integram o atual PNT. E biblioteca da SBM

FBCN – SAE Museu da Fauna - Quinta da Boa Vista  
1987: Rua Miranda Valverde, 103 Botafogo (FBCN)

levantadas escrituras das propriedades, obtidos no mapas no.s

2224 - arm - 1 - 1932

2232 - arm - 1 - 1906 e 1800

do patrimônio da União que glossadas com os mapas atuais, permitiram a localização das edificações.

Levantamento das escrituras de propriedades, obtidas nos mapas do SPU, relativas às fazendas “Engenho da Serra e Cantagalo”, que permitiram a localização dos limites das terras do PNT, além da identificação de seus proprietários, e o posicionamento dos marcos coloniais.

Arquivo Nacional - Registro de Terras 152 - fls. 34

15 - V - 1856 - Lescesne

11 - X - 1856 - Mocke

BUNSBURRY, C.J.F. *Viagem de um naturalista inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais (1833-1835)*. Belo Horizonte. Ed. Itatiaia; São Paulo, ED. Da USP, 1981. (P 27)

## Mapas

Arquivo Nacional:

Mapa : AN - catálogo de plantas e mapas da cidade do RJ - 1750 a 1962. Ministério da Justiça e Negócios interiores, RJ, 1962.

- MAPA - Ministério da Agricultura - PNT - IBBF - criado p/ decreto n. 50.913 de 6-7-61

- SAE - FBNC (Setor de arqueologia e espeleologia - Fundação Brasileira para a conservação da Natureza): mapoteca com mapas, plantas, e croquis, compõe o acervo precioso dessa documentação. Além de mapas históricos do RJ e terras que integram o atual PNT. E biblioteca da SBM

FBCN - SAE  
Museu da Fauna - Quinta da Boa Vista  
1987: Rua Miranda Valverde, 103 Botafogo (FBCN)

- levantadas escrituras das propriedades, obtidos no mapas no.s

2224 - arm - 1 - 1932

2232 - arm - 1 - 1906 e 1800

do patrimônio da União que glossadas com os mapas atuais, permitiram a localização das edificações.

- Levantamento das escrituras de propriedades, obtidas nos mapas do SPU, relativas às fazendas "Engenho da Serra e Cantagalo", que permitiram a localização dos limites das terras do PNT, além da identificação de seus proprietários, e o posicionamento dos marcos coloniais.

- Estudo das propriedades do Vale do Elefante e área limítrofe, além da obtenção dos mapas locais das fazendas em 1800.

- MAPA da Repartição de águas e obras públicas - Tijuca / planta da nascentes que formam a carta grande de 1866 (secretaria do domínio da União)

Arquivo Nacional -  
MVOP-EA-20/(4y) - Serra da Tijuca Avant projet croquis des reservoirs d'au provenant de la petite cascade. H.B. Le noir, 1860

## Iconografia

ALEMÃO, Francisco Freire - in Revista do IHGB, tomo 19 p.569-571

EBEL, Ernest - RJ und seine Umgebungen in Jahre 1824 in Briefen eines Rigaer's S. Petersburg, 1828. P.105

GRAHAM, Maria - Anais da Bibiloteca Nacional vol. LX, p.157/160 - pintura de Lescesne

HENDERSON, James - A History of the Brazil, Londres, 1821 p.88 - Lescesne

LANGSDORFF - Paris 1820 (Memoire sur le Brésil pour servir de guide ...) - Lescesne p.9

LEITHOLD, Theodore von. *O RJ visto por dois prussianos em 1819*. SP, 1966 - p.90, 94 - Lescesne

TAUNAY, Adriano - pintura

Pictórico:

Rugendas

Carl Wilheem von Therenirer (pintura de Lescesne)

Steinmann - RJ

Victor Frond - RJ

Hercules Florence - SP

João Henrique Elliot - Paraná

## Documentação Secundária

ABREU, Mauricio. A cidade, a montanha, a floresta. IN:\_\_\_\_\_. (org.). Natureza e sociedade no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Coleção Biblioteca carioca, 1992. v. 21; p.85

Autor desconhecido. A família Cochrane no Brasil. *Revista Genealógica latina no. 6*. Rio de Janeiro

ARAÚJO, José Souza A Pizarro. *Memórias históricas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 1946 - 1948, vol. 1 a 8.

BANDEIRA, Carlos Manes. A chácara, estudo básico. *Revistas pesquisas no. 10 RJ*, 1988.

\_\_\_\_\_. *A ferramenta portuguesa na colonização do Brasil*. Rio de Janeiro: Voz de Portugal, 1965.

\_\_\_\_\_. *Apontamentos históricos sobre o primeiro ciclo do café no Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo histórico CTA-FBCN, 1990.

\_\_\_\_\_. *Arqueologia histórica do Vale do Elefante..* Rio de Janeiro: I.AB, 1962

\_\_\_\_\_. A Arqueologia histórica no Brasil. IN: *Anais do 1º simpósio brasileiro de pesquisas e Arqueologia histórica*. Rio de Janeiro: Museu Casa de Rui Barbosa, 1987.

\_\_\_\_\_. *Arquivo e memórias da floresta*. Rio de Janeiro, 1991.

\_\_\_\_\_. *Artigos históricos*. Rio de Janeiro: Voz de Portugal, 1970/1974.

\_\_\_\_\_. *Antigas residências coloniais tijucanas*. Rio de Janeiro: Voz de Portugal, 1967.

\_\_\_\_\_. *Antigos caminhos coloniais da Tijuca*. Rio de Janeiro: Voz de Portugal, 1967.

\_\_\_\_\_. *As fazendas coloniais e o ciclo do café*. Rio de Janeiro: Voz de Portugal, 1964.

\_\_\_\_\_. *A porcelana da Floresta da Tijuca*. Rio de Janeiro: Voz de Portugal, 1969.

\_\_\_\_\_. *Caminhos coloniais da Tijuca*. Rio de Janeiro: Diários Associados, Meridional, 1970.

\_\_\_\_\_. *Colonização lusa nas terras tijucanas*. Rio de Janeiro: Voz de Portugal, 1965.

\_\_\_\_\_. *Colonização portuguesa na Tijuca*. Rio de Janeiro: Voz de Portugal, 1966.

\_\_\_\_\_. *Engenhos portugueses no Brasil*. Rio de Janeiro: Voz de Portugal, 1965.

\_\_\_\_\_. *História do Brasil nas montanhas da Tijuca*. Rio de Janeiro: Diários associados, Meridional, 1970.

\_\_\_\_\_. *Pesquisas arqueológicas no Vale do Elefante*. Rio de Janeiro: Voz de Portugal, 1964.

\_\_\_\_\_. *Uma feitoria colonial no Vale do Elefante*. Rio de Janeiro: Voz de Portugal, 1969.

BRANDÃO, Ana Maria Pires. *Sítio dos macacos*. Rio de Janeiro: Projeto FBCN, 1991.

CARVALHO, Alfredo de. O solitário da Tijuca. IN: *Revista Americana*. Maio de 1911, pp. 337

- CESAR, P. B.; OLIVEIRA, R. R. *A floresta da Tijuca e o Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- CORREA, Armando Magalhães. *O sertão carioca*. Rio de Janeiro, 1933.
- COSTA, Cássio. *A história do subúrbio da Gávea*. Depto. De história e documentação do Estado da Guanabara, s/d.
- CRULS, Gastão. *Aparência do Rio Antigo*.- Tomos I e II, Rio de Janeiro, 1965
- DEBRET, J.B. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. São Paulo: Livraria Martins Ed. S.A, 1954.
- DUNLOP, Charles J *Álbum do Rio Antigo*. Rio de Janeiro: Ed, Rio Antigo Ltda., 1965
- EDMUNDO, Luiz. *Recordações do Rio Antigo*. Rio de Janeiro, 1950
- GERSON, Brasil. *O ouro, o café e o Rio*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora, 1970.
- GRIECO, Donatello *Napoleão e o Brasil*. Rio de Janeiro, 1939. (sobre Hogendorp)
- LAVOR, João Niemeyer de *Apointamentos para a história do Jardim Botânico*. Rio de Janeiro: Jardim Botânico IBDF, 1983.
- LESSA, Francisco de Paula Mayrink. *Vida e obra do conselheiro Mayrink*. Rio de Janeiro: Ed. Pongetti, 1975.
- MAYA, Raymundo Ottoni de Castro. *Floresta da Tijuca*. Rio de Janeiro, 1967
- MILLIET, Sérgio. *Roteiro do café e outros ensaios*. DIFEL.
- PLANO DE MANEJO DO PARQUE NACIONAL DA TIJUCA. IBDF-FBCN. RJ, 1981.
- REVISTA DO INSTITUTO, vol. 175, 1938, Rio de Janeiro, 1940 (pág. 818 834 - Hogendorp)
- RUDGE, Raul Telles. *As sesmarias de Jacarepaguá*. São Paulo: Livraria Cosmos ED. S.A, 1983.
- TAUNAY, Alfredo D'Escragnolle. *Visconde de Taunay. Viagens de outrora*. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1921.
- VALVERDE, Orlando. *A fazenda de café escravocrata no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro do café, 1967.